



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAMILLA NOGUEIRA ALVES

**AS MULHERES NA GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA: UMA
COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO**

**BRASÍLIA
2016**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS MULHERES NA GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA: UMA
COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO**

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do grau
de licenciada em História, sob a orientação da
Prof. Dr. Eloísa Pereira Barroso.

BRASÍLIA

2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS MULHERES NA GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA: UMA
COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eloísa Pereira Barroso (Orientadora)

Prof. Dr. Matheus Gamba Torres (Membro Interno)

Mestre Clerismar Aparecido Longo

Data da defesa: 30 de junho

BRASÍLIA
2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar este trabalho à minha mãe, a mulher mais guerreira que já conheci, dona Geralda, que tanto amor e apoio me concedeu desde o início da graduação. Também dedico este trabalho às mulheres da minha vida: Andreia, Gabriella, Maria Clara e meu amado irmão Mateus, por todo suporte e amor, essenciais para que eu seguisse em frente. Sem a minha família, a finalização desta etapa definitivamente não faria sentido.

Agradeço a meu companheiro de vida, Éverisirac, que desde sempre me acolheu, se pondo a ouvir e compreender durante os momentos de tensão. À mestra Elma, por toda força e presença em meu empoderamento enquanto mulher, tanto nos âmbitos machistas da Capoeira Angola, como na vida. A meus queridos professores e professoras do N'Zambi: Luane, Cled, Sal e Gá e a todas e todos os meus camaradas. Com vocês estes últimos anos tiveram em abundância muita alegria, ânimo e exemplos, essenciais para seguir atravessando as dificuldades. De todos os ensinamentos que aprendi com vocês hoje consigo me proteger um pouco melhor das rasteiras que surgem no caminho.

Agradeço a todas as pessoas que pude conhecer e aprender durante os seis anos de convivência na Universidade de Brasília. Sou muito grata por todo estímulo, os exemplos, as lições e o conhecimento histórico a que tive o privilégio de ser apresentada. Às facilitadoras e facilitadores que me influenciaram de alguma forma: Lucely, Eloísa, Estevam Thompson, seu Zé do Pife e Ana Thomaz. A todos os meus companheiros de curso e de vida: Fernando, Kriscylla, Jady, Esdras, Arnold, Naire, Tona, Amanda, Dayane, Laura Rôcco... Obrigada por estarem comigo.

Agradeço à Mãe Natureza, a meus guias e ao dom da Criação Divina, que me proporcionou as capacidades físicas e mentais para a finalização deste trabalho. Aos meus ancestrais e às minhas avós. Dedico este estudo com carinho a todas as mulheres e meninas, ex-guerrilheiras, mães, viúvas, donas de casa, refugiadas... A todas que resistem neste mundo machista e desigual, todo meu respeito e admiração a todas vocês.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo demonstrar as representações das mulheres no movimento de guerrilha urbana que ocorreu no Brasil, durante os anos 1968 a 1970. Este movimento foi caracterizado pela luta armada, maneira pela qual as ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros encontraram para combater a Ditadura Civil Militar, que instaurou o poder em 1964. As mulheres que fizeram parte do movimento guerrilheiro foram minorias nas corporações, mas tiveram seu espaço de atuação. O estudo é fundamentado sobre os conceitos de representação, memória, imaginário, identidade e gênero. Através da análise da História Oral e das entrevistas realizadas com ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros, busca-se problematizar as representações do passado dos personagens que atuaram diretamente na época exposta.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Movimento Guerrilheiro Urbano, História Oral, Representação, Identidade, Imaginário.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the representations inculcated to women in the urban guerrilla movement that occurred in Brazil during the years 1968 to 1970. This movement was characterized by armed combat, the way former guerrillas, both woman and men, found to fight the Civil military dictatorship established in 1964. Women who were part of the guerrilla movement were minorities in corporations but had their sphere of action. This study is based on the concepts of representation, memory, imagination, identity and gender. By analyzing the Oral History and interviews with former woman and men guerrillas, it attempts to rescue and problematize the past representations of the characters who acted directly on the exposed time.

Key words: Military dictatorship, Urban guerrilha movement, Oral History, Representation, Identity, Imaginary.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO DE GUERRILHA URBANA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL.....	20
CAPÍTULO 2: A GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	29
CAPÍTULO 3: AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA ATIVIDADE DA GUERRILHA URBANA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional nº 2

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

SNI – Sistema Nacional de Informações

UNE – União Nacional dos Estudantes

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

INTRODUÇÃO¹

As ciências cosmológicas estudam a história do mundo e decorrem da curiosidade dos seres humanos, que tem como objeto o estudo das leis, das forças da natureza e também do “espetáculo” do mundo, que desperta o desejo de se conhecer sua estrutura atual e suas revoluções passadas², sua própria história. As sínteses das narrativas são tão espontâneas quanto as sínteses da memória, lugar onde os historiadores especulam os limites da história que se quer contar... As especulações levam à diferença que separa a experiência vivida da reflexão da narrativa³. Isso se explica pelo fato de que a visão que se tem de um período histórico nunca será a mesma para os diferentes e distintos personagens envolvidos. Isso nos leva a refletir acerca das vozes predominantes do discurso histórico que diz respeito ao âmbito de nossa pesquisa.

O pouco que conhecemos sobre a história do movimento guerrilheiro em solo urbano no período da Ditadura Civil Militar – que carece de documentação escrita – é, geralmente, contado por ex-militares, a imprensa, os jornais da época e outros meios informativos que, muitas vezes, construíram uma imagem do que foi e pretenderam estes grupos. A história possui um público e atrai outros tantos porque narra experiências vividas, portanto, focaremos sob a ótica de quem sofreu as violências do regime ditatorial brasileiro, que tinha como um de seus objetivos pôr fim aos movimentos e ações da guerrilha urbana no Brasil. Para isso, o papel da História Cultural é inerente em nosso estudo uma vez que esta, no exercício da análise do simbólico e suas representações, produz visões do passado mais amplas e complexas, ao definir a escolha das fontes de cunho mais cultural, concernente à história de grupos particulares, em tempo e espaço específicos. Na intenção de se analisar as representações geradas por estes indivíduos, as relações de gênero devem se apresentar mediante característica primordial de nossa pesquisa. As mulheres – personagens que delimitamos em nosso foco de estudo –, como alvo da diferenciação social, tinham relações distintas entre seus pares, uma vez submetidas a morais e valores injustos, alocados pela sociedade. Estas representações se apresentam através da análise da História Cultural, ao se obter a fala, como fonte alternativa, e o conhecimento sobre o passado que emana das lembranças das e dos entrevistados.

¹Os nomes das e dos entrevistados estão alocados através de nomes falsos, a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

² Cf. Paul Veyne. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 17.

³ Ibidem, p. 18.

No contexto que engloba o Brasil e, similarmente, outros países mundo afora, os anos de 1960 foram marcados como um momento singular. As diversas formas de contestação que se verificam nesse período, causados muitas das vezes pelas ordens autoritárias e repressivas que se estabeleciam, marcaram uma trajetória de convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada⁴. Era a eclosão da utopia que conquistava as sociedades: as propostas de revolução em todos os sentidos, marcando profundamente o debate político e estético. O Brasil, como membro dos países do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai – foi marcado por uma ditadura militar e por movimentos de guerrilha de esquerda. Em meio às transformações de ordem política, o país vivia coincidentemente um processo acelerado de urbanização e modernização da sociedade. Percebe-se, de fato, a eclosão dos movimentos de esquerdas e a urgência entre intelectuais e artistas de se valorizar a ação para mudar o contexto nacional, com o intuito de idealizar o “homem novo”⁵. Estes agentes revolucionários buscaram, no passado da cultura popular nacional, uma referência para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada que relacionava a valorização do povo e a busca no passado como as bases para a construção do futuro da revolução nacional modernizante, prevendo o rompimento com o capitalismo. Em 1964, as classes dominantes articulam um golpe preventivo no esforço de corromper as utopias libertadoras nacionais⁶.

A Ditadura Civil Militar trouxe consigo uma série de transformações no país, as quais foram instauradas sob um regime extremamente autoritário. Uma das medidas do governo foi a instalação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que teve a função de suprimir as eleições diretas e indiretas para governador e presidente, retirando direitos dos políticos opositores, além de impactar na organização dos sindicatos, com seus órgãos repressores de censura⁷.

Frente ao estabelecimento das leis repressivas, o país caminhava em direção à construção do processo cada vez mais articulado de afirmação nacional, onde a produção cultural teve seu papel fundamental em tal contexto. É possível observar uma série de áreas e

⁴ Cf. Carlos Fico. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol. 4, p. 135.

⁵ “(...) o modelo para esse homem novo estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista (...)”. Ibidem, p. 135.

⁶ Ibidem, p. 136-138.

⁷ Cf. Eloísa Pereira Barroso. “Memória e Biografia: As representações de uma guerrilheira no período da Ditadura Militar Brasileira”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n. 1, janeiro-junho, 2015, p. 103.

ações artísticas ligadas à um movimento de repúdio, e tal qual, de resistência, contrário ao regime militar. Parte dos movimentos dizia respeito à construção da brasilidade⁸ da cultura nacional, a busca da estreita ligação entre arte e política⁹. Por meio das circunstâncias, ocorre no país um florescimento cultural até o final do ano de 1968, momento que data o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 – AI-5¹⁰.

O período de vigência do AI-5 caracterizou-se por intensa repressão e autoritarismo aos grupos que se mostraram comprometidos com a oposição ao governo. Os movimentos revolucionários se posicionaram de tal forma que, intolerantes com as coibições das liberdades, se organizaram em guerrilhas e demandaram uma série de ações que demonstravam insatisfação e comprovava as contradições e problemas acarretados à ordem estabelecida.

Os guerrilheiros das esquerdas revolucionárias – nos anos 1960 e 1970 – declararam a luta armada como um modo de resistência ao regime ditatorial, em busca do restabelecimento da democracia, violada em 1964. Percebe-se, porém, que as ações não pretendiam restaurar a realidade do período anterior ao golpe, mas estavam, de fato, comprometidos “com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era diferente da democracia liberal”¹¹. A palavra de ordem não era a volta à democracia, pois as tradições e a cultura política do país não possuíam referências democráticas em sua essência. As esquerdas revolucionárias buscaram derrubar o sistema que estava estruturalmente relacionado à democracia liberal e burguesa, declarando o socialismo como o caminho para se chegar à verdadeira democracia, a democracia da maioria, do proletariado¹².

As guerrilhas urbanas supervalorizavam o poder da ação. De acordo com Carlos Marighella, o criador da Ação Libertadora Nacional – ALN – que foi a organização da luta

⁸ “Formulavam-se versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa. Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar de era Vargas, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado”. Ibidem, p. 136.

⁹ Ibidem, p. 138.

¹⁰ “Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores, incluindo artistas. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada contestação ao governo, nem sequer a do único partido legal de oposição, o moderado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era a época do slogan oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Ibidem, p. 152.

¹¹ Ibidem, p. 48.

¹² Ibidem, p. 47-48.

armada que mais valorizou a ação e o desprezo pelas discussões e formulações – a ação se conduzia em tarefa do presente, na obrigação de todo revolucionário fazer a revolução¹³. Além de todas as razões cabíveis para a resignação da luta armada, as condições de clandestinidade se tornaram uma das necessidades dos grupos guerrilheiros, e se relacionavam à realização, por parte dos indivíduos, das práticas que podiam levar à vida ou à morte, e também a uma procedente ausência perante a sociedade e à forma de vida anterior:

“O militante tinha de perder tantas coisas ao cair na clandestinidade e escolher o caminho da luta armada: perdia seu nome, sua família, seus amigos de infância, muitas vezes era deslocado para outra cidade, perdia profissão, trabalho, lares, manias, tudo em nome da revolução.”¹⁴

Os militantes que se empenharam resistir ao regime militar vivenciaram uma realidade na qual a derrota significava, antes de tudo, a exclusão – que podia ser a prisão, a morte, a tortura e o exílio. Diante das consequências, o enfrentamento contra a ditadura era travado por poucos indivíduos, que eram em sua maior parte, nos anos 1960 e 1970, originários das classes médias urbanas, escolarizados, do sexo masculino e jovens¹⁵. Os grupos guerrilheiros também agregaram mulheres, que se submeteram aos mandos das lideranças dos grupos revolucionários, recebendo tratamentos e funções distintas e específicas do restante de seus companheiros.

Como personagens atuantes e presentes na trajetória militante dos movimentos de esquerda, as mulheres são frequentemente omitidas na historiografia tradicional. Este estudo propõe discutir, como objeto de pesquisa, as representações da mulher brasileira e suas atribuições nas organizações de guerrilha urbana no Brasil contra a Ditadura Civil Militar. Entende-se aqui ser necessária uma reflexão que se atente para a questão de gênero imposta a estas mulheres no decorrer do movimento da luta armada.

A efetiva participação feminina nos movimentos guerrilheiros confirma a influência da Segunda Onda do Movimento Feminista e da Revolução Sexual¹⁶ que favoreceram o processo

¹³ Ibidem, p. 58-59.

¹⁴ Cf. Cristina S. Wolff. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone-Sul, 1968-1985”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 33.

¹⁵ Cf. Denise Rollemberg, op. cit., p. 67.

¹⁶ “A chamada “revolução sexual” começou, no plano teórico, com as ideias de pensadores como Freud e Reich, num primeiro estágio, e continuou com Herbert Marcuse, num estágio mais avançado. Seu principal objetivo consistia na eliminação, ou pelo menos a diminuição, da repressão sexual – que Freud via como um mal necessário à civilização, e Reich como um instrumento de dominação.” In: FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013, p. 17 -18.

de lutas para a afirmação positiva do corpo das mulheres. Suas ideias de liberalização e direito ao corpo e à sexualidade resultou, como consequência, no início de inúmeros debates no meio jornalístico acerca da presença e posição das mulheres na sociedade brasileira¹⁷. A eclosão destes movimentos vai de encontro com a protagonização excessiva colocada aos homens militantes nos movimentos de guerrilha, uma vez que dispunham de todos os “atributos” necessários para fazer a revolução. Muitas vezes as mulheres eram destinadas a outras funções dentro das organizações de resistência, como cozinhar, cuidar dos companheiros feridos e transportar armas e outros materiais que serviriam para o grupo, pois dificilmente desconfiariam que uma mulher faria este tipo de trabalho. Em relatos de ex-guerrilheiras, os depoimentos são vastos no que diz respeito à imposição que as militantes toleravam para fazer parte dos grupos guerrilheiros. Dentre as obrigações que deveriam acatar, as mulheres precisavam assumir atitudes características ao que se espera do homem, inclusive no que diz respeito a indumentária, passando por um processo de masculinização de seus corpos¹⁸.

Portanto, com a finalidade de expor e problematizar as representações estabelecidas às mulheres guerrilheiras é essencial colocar questões que nos ajude a elucidar o entendimento do passado no que se refere à condição feminina nesses movimentos:

1. De que forma as representações e os papéis impostos às militantes determinaram sua atuação nos movimentos de guerrilha?
2. Como as representações de gênero construíram e contribuíram aos imaginários que se originaram no contexto histórico da Ditadura Civil Militar?
3. De que maneira a experiência histórica das mulheres contribui para explicitar a realidade das relações entre si e a entre seus companheiros?

A partir do exposto, é possível partir da hipótese da existência de práticas machistas no seio das organizações. Pressupunha-se uma fragilidade feminina, na medida em que as mesmas não lideravam as ações, embora participassem do processo de elaboração e execução das mesmas. A partir de 1960 percebe-se o surgimento dos assuntos voltados às mulheres na sociedade. Com o desenvolvimento cada vez mais intenso dos movimentos feministas, estes

¹⁷ Cf. Selmar Becker. *Realidade: Uma narrativa para provocar espanto*. Publicado em 2007, p. 8. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/alves-selmar-realidade-narrativa-espanto.pdf>>.

¹⁸ Cf. Cristina Scheibe Wolff. “Narrativas da guerrilha no feminino (Cone-Sul, 1960-1985)”. Santa Catarina, 2009. In: *História Unisinos*, vol. 13, n° 2, mai./ago., p. 128.

desempenharam a ação de rediscutir as representações voltadas para o sexo feminino assim como a de dar uma maior visibilidade à questão da presença das mulheres na política.

Entrando em contato com relatos de ex-guerrilheiras, é claro o tom dado ao sentido das mulheres no movimento de resistência, nas relações de poder e de dominação. Bourdieu descreve o poder de ordenar e disciplinar através da teoria do poder simbólico:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato de mundo (e em particular, do mundo social)... Eles tornam possíveis o ‘*consensus*’ acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição ‘moral’.¹⁹

Com a instituição de um poder sobre o “ser mulher”, as militantes sofreram de abusos e violências que as violaram, dentro do seio da revolução. Seus companheiros, que ditavam as regras do movimento, não as respeitavam como aos homens, mesmo pedindo por sua caracterização semelhante. Ao se utilizar de um poder simbólico, ao construir a realidade que tendia a se estabelecer, as lideranças masculinas das guerrilhas passaram por cima de direitos políticos e sociais das mulheres, ao tentarem enquadrar uma lógica do que seria o guerrilheiro ideal a partir de perspectivas de masculinização – punhos fortes, corpo viril e forte, vestimenta, etc. –, sentidos que foram relegados aos corpos das mulheres.

Para tanto, é de extrema importância que haja uma releitura crítica da história das mulheres e os problemas associados às representações que as forjaram no seio do movimento de resistência à ditadura. Com o intuito de se realizar a reescrita da história das militantes associadas aos movimentos guerrilheiros dos anos ditatoriais, se busca adentrar aos imaginários, experiências e sistemas simbólicos que as impulsionaram desencadear uma consciência histórica²⁰ do seu passado de luta. E a releitura não poderia ser mais justificável feita sob as percepções das próprias protagonistas do contexto histórico.

¹⁹ Cf. Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000, p. 10.

²⁰ “Se por um lado podemos falar de certa ‘influência’ do feminismo nas organizações de esquerda armada a partir da admissão das mulheres nessas organizações, e de sua efetiva participação, muitas vezes de armas na mão, nos eventos, além de sua prisão, tortura e desaparecimento, por outro lado a impressão que temos ao ler os relatos ou ouvir os testemunhos das pessoas entrevistadas é que uma ‘consciência feminista’ apenas se deu nessas mulheres num momento posterior. Como se o contato com os movimentos e literatura feministas no exílio ou após-1975, com o Ano da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas, desse a tais mulheres palavras para expressar o que antes seria um sentimento difuso diante daquilo que lhes acontecia no cotidiano”. Cf. Cristina Scheibe Wolff, op. cit., 2007, p. 34.

O passado de opressão e violência que gira em torno das realidades das mulheres necessita de maior aprofundamento e debate, pois propicia a discussão consciente das problemáticas que surgem e ressurgem no cotidiano de lutas da causa feminista. Na composição da historiografia tradicional que discute a Ditadura Civil Militar brasileira, pouca ênfase se dá à participação feminina no histórico de luta e de resistência. Portanto, verifica-se uma importância indissociável – para um melhor esclarecimento da história –, se questionar as representações estabelecidas às militantes, buscando, através das experiências históricas, o entendimento do sentido dado ao papel da mulher no movimento de guerrilha.

Diante do exposto em tela, o presente estudo tem como objetivo geral identificar as representações instituídas pelos guerrilheiros e guerrilheiras sobre a mulher nos processos de organização da luta armada

Busca-se, portanto, na conjuntura do período ditatorial brasileiro, mais especificamente entre os anos de 1968 e 1970, refletir sobre as distinções justapostas nas representações relacionadas aos papéis das mulheres dentro das organizações guerrilheiras de luta armada. Além de analisar e expor as consequências destas atribuições ao imaginário social.

Ao mirar sobre a influência das representações de gênero aos diversos aspectos da experiência humana, torna-se necessário problematizar acerca do próprio conceito de representação. Chartier propõe que, inseridos nas propostas estruturalistas, os sujeitos acabaram aparecendo como meros “suportes” das estruturas sociais²¹. E que nesse contexto, a história seria cobrada a reformular seus objetos, referências e princípios de inteligibilidade²².

No caso estudado, as mulheres que compartilharam os espaços com os homens na guerrilha, não por acaso, se inserem dentro da disputa constante de representações do mundo social, que

embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada

²¹ Cf. Roger Chartier. Introdução. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17-18.

²² Cf. Roger Chartier. “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 64.

caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.²³

Segundo Chartier, as representações fazem parte, necessariamente, de uma disputa de poder e dominação, sendo as lutas de representações “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores, que são os seus, e o seu domínio”²⁴. Seria este o *modus operandi* das distinções que se atribuem a cada gênero, determinando a partir do lado que se utiliza do poder e da dominação.

Ainda partindo do pressuposto apresentado por Chartier de que representações são criadoras de realidades, e estas geram práticas que, por sua vez, alimentam as representações, essa cíclica (re)construção da realidade pode ser facilitadora tanto de uma perpetuação dos esquemas de dominação como da transformação desses. Por consequência, se faz necessária uma releitura da história, com o objetivo de se compreender os papéis e as representações instituídas ao gênero feminino, e quais legados transmitem ao imaginário social e às identidades.

Assim, parece conveniente referenciar-nos a partir da concepção de identidade apresentada pelo teórico Tomaz Tadeu Silva²⁵, quando afirma que ela só faz sentido porque está estritamente ligada à existência de uma diferença, pois indiretamente indica a não participação em outros conjuntos identitários e sim no específico no qual se insere. Tomaz Tadeu da Silva pretende mostrar que ao utilizar a própria identidade como precedente referencial para a existência da diferença, tende-se a encaixar o que se é como norma de critério das diferenças. Por sua vez, o autor prefere compreender as categorias “identidade” e “diferença” como duas formas mutuamente determinadas; para tanto, define que as duas são criações socioculturais “resultado de um processo de produção simbólica e discursiva [que ao serem impostas] traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”²⁶. Logo, as discriminações impostas às mulheres nas organizações guerrilheiras seria resultado de um processo intencional de diferenciação social e coletiva, enraizada nas práticas dos que a produzem – suas lideranças e companheiros –, mesmo que de maneira inconsciente.

²³ Ibidem, p. 17.

²⁴ Ibidem, p. 17.

²⁵ Cf. Tomaz Tadeu Silva. “A produção social da identidade e da diferença”. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 75.

²⁶ Ibidem, p. 81.

Recorreremos também à ideia de *memórias subterrâneas* a que se referiu Michael Pollak, compreendidas como aquelas memórias próprias de *culturas minoritárias e dominadas* [que] *se opõem à “Memória oficial”*²⁷. Neste caso, trataremos da singularidade da vivência das guerrilheiras em um contexto de diferenciação social, no qual suas experiências pessoais e coletivas não se encaixam nos determinismos instituídos ao gênero feminino. A perspectiva que se pretende seguir é aquela que se elabora em função de um processo de ressignificação das memórias individuais e coletivas, com o intuito de se compreender as problemáticas resultantes das diferenciações de gênero nas vivências dos sujeitos. O acesso à memória pode servir, inclusive, como uma ferramenta para a compreensão e afirmação identitária, com vias a se buscar uma melhor assimilação com sua história e a dos sujeitos.

Ao se articular conceitos de representação, identidade, memória, relacionando-os ao conceito de gênero, faz-se necessário refletir, do mesmo modo, sobre o conceito de imaginação social. Baczko, ao discorrer sobre a imaginação social, a considera capaz de servir como um elemento importante de um dispositivo simbólico. O poder simbólico se rodeia de representações coletivas, e o poder político se articula a fim de exercer dominação sobre o imaginário e sobre o simbólico. Com isso atua com uma estratégia relevante capaz de perpetuar tradições²⁸. Do mesmo modo, se discute o poder do imaginário e das representações em modelar os comportamentos e mobilizar as energias, legitimando a violência. Ao se exercer um poder simbólico, duplica-se e reforça-se a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, garantindo a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio²⁹. Uma maneira semelhante de um poder de dominação se exerceu dentro das organizações da esquerda revolucionária, por parte das lideranças masculinas, frente à participação e integração das mulheres na guerrilha.

Em busca de se elucidar as questões propostas recorreremos à metodologia da História Oral. Sob seus pressupostos, intenta-se analisar a produção de narrativas históricas de ex-guerrilheiras como fontes de conhecimento e saber, a fim de despertar no ouvinte o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais. As narradoras e os narradores, que descrevem enredos que incluem lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos, enfim, a própria experiência histórica, são sujeitos de visão

²⁷ Cf. Michael Pollak. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: 1989, p. 4.

²⁸ Cf. Bronislaw Baczko. “A imaginação social”. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 1-2.

²⁹ Ibidem, p. 3-4.

única, singular³⁰. Em virtude da utilização de narrativas sob forma de registros orais, amplia-se a chance de entrar em contato com a arte de contar, que, por meio de palavras, descreve as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. Como estilo de transmissão, a narrativa oral relata as experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a História da humanidade. A oralidade atua como suporte das identidades coletivas e do reconhecimento do sujeito como ser no mundo e, por possuir uma natureza dinâmica, integra a cultura de diferentes comunidades. Sua principal fonte é a experiência³¹. Portanto, através de entrevistas, se pretende subtrair informações das experiências das ex-guerrilheiras, que nos auxilie na tentativa de se compreender os papéis e representações impostos às mulheres nas organizações de guerrilha urbana.

Justificamos o uso das entrevistas com ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros da Ditadura Civil Militar brasileira, com base na interpretação do discurso histórico de cada experiência vivida. Como prática de pesquisa já consolidada entre o meio historiográfico, a História Oral pode ser um meio riquíssimo para se transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da História, pois é centrada em torno da história de vida das pessoas e suas diversas narrativas de um mesmo acontecimento ou evento histórico. Lançando vida para dentro da própria narrativa, alarga seu campo de ação e até admite a constituição de líderes que descendem da maioria desconhecida do povo, da população comum³². A opção pela metodologia acarreta um caráter político à história, como também sugere a ampliação do campo de pesquisa, ao dar voz e legitimidade a novos personagens, que participaram da historicidade, ou ainda, como é busca incessante de nossa pesquisa, dar destaque a integrantes de um fenômeno que ocultou os sujeitos e suas trajetórias de vida. As fontes orais têm como função, ainda, a produção de narrativas como fontes de conhecimento e saber, ao buscar contar um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte ou entrevistador o desejo de significar as experiências vividas, que não mais retornam. Ao se propor a produção da fonte oral, a fala, a escuta e a troca de olhares compõe a dinâmica do processo, que é único e essencial à vida humana. A História Oral nos ensina que não se pode viver em plenitude sem possuir a capacidade de escutar, contar histórias e apreender sob a forma de conhecimento e sabedoria o conteúdo que é narrado³³.

Assim a monografia se estrutura em três capítulos, quais sejam:

³⁰ Cf. Lucilia de Almeida Neves Delgado. *História oral e narrativa: memória, tempo e identidade*. Editora Autêntica. São Paulo, 2010, p. 13-15.

³¹ Ibidem, p. 13-14.

³² Cf. Paul Thompson. *A voz do passado; história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 22 e 44.

³³ Cf. Lucilia de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 23.

O primeiro capítulo é destinado à compreensão do período histórico da Ditadura Civil Militar no Brasil e o movimento guerrilheiro urbano que eclodiu com a instituição do regime autoritário no país.

O segundo capítulo propõe a discussão deste movimento nas cidades de Brasília e Goiânia, levantando uma breve contextualização historiográfica das duas cidades, com o objetivo de explicitar como os grupos se constituíram nestes eixos: como se organizaram, como atuaram e como se deu a participação das mulheres nestes grupos armados.

O terceiro e último capítulo irá tratar das representações das mulheres nas atividades dos grupos guerrilheiros. É necessário pontuar que estaremos, sempre, a nos referenciar sobre as entrevistas coletadas em Fevereiro e Abril do ano de 2016, realizadas com os agentes históricos que atuaram no período proposto.

CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO DE GUERRILHA URBANA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL

No ano de 1964, com a derrubada e queda do presidente João Goulart e a consequente tomada do poder pelos militares, ressurgiu no Brasil momentos de intensa mobilização política e social. Com a tomada do poder pelo alto escalão do Exército, o país vivenciou anos difíceis que foram marcados pela repressão e pelo fortalecimento da ordem social e política. Foi o momento em que as forças ditatoriais instituíram uma série de políticas duras para reprimir focos de resistência ao regime. Com a determinação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, a repressão tomou uma dimensão muito maior do que fora imaginada em seus anos iniciais. Observa-se o aumento significativo das diversas formas de violência política: a repressão de qualquer ato contrário ao regime, as perseguições e prisões, o uso indiscriminado da técnica da tortura para dismantelar os grupos guerrilheiros da luta armada, a censura de diversos gêneros informativos e tantas outras ações rígidas da força militar. Foram tempos difíceis para quem permaneceu ao lado contrário das políticas repressivas do Estado ditatorial.

Com o AI-5 surge um novo momento na história do regime militar, que desencadearia uma série de consequências tanto para a população quanto para o próprio Estado. A coerção política que a Ditadura Militar impôs às manifestações de contestação, aos movimentos sociais organizados, aos partidos políticos de oposição e à população, tanto urbana quanto rural, abalou o regime democrático de um país que nem mesmo havia chegado a experimentar uma tradição política consistente nesse sistema de governo. Os grupos guerrilheiros surgiram em oposição às políticas autoritárias, não aceitando a supremacia militar e sem dispensar o uso das armas para defender a retirada do poder do comando militar.

Os Anos de Chumbo – designação utilizada para explicar os anos mais duros e repressivos do regime militar no Brasil – foram intensos na história do país, no que diz respeito às políticas implantadas na área da economia. Entre os anos de 1963 a 1967, o crescimento econômico caiu à metade, o que levou as forças militares a pensarem as reformas necessárias para retomar as antigas taxas de expansão da economia. No começo dos anos 1960 o país assistiu a um crescimento acelerado da economia brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, durante 15 anos, a taxa média anual de crescimento do PIB

nacional foi uma das maiores e do mundo³⁴. Em 11 de abril de 1964 o Congresso Nacional, sob o total auxílio do Ato Institucional nº 1, elegeu o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco – primeiro presidente do governo militar. O general militar nomeou agentes liberais para a direção da política econômica, o que garantiu o poder político necessário para realizar as reformas conservadoras e projetar um plano de estabilização econômica com a intenção de criar as bases de um modelo de crescimento no país.

Sob a direção de Octavio Gouvêa de Bulhões, foi-se tecendo a nova equipe econômica, que buscou dar prioridade a reverter a tendência de contínuo aumento da taxa de inflação que, desde o início da década de 1960, se manifestava de forma acentuada. A primeira medida que foi acionada foi a de tentar reduzir o déficit público, com o envio de um novo orçamento ao Congresso Nacional. Esta medida entraria em vigor imediatamente, ao redefinir as despesas para o ano de 1964. Com a criação do Banco Central, em 31 de dezembro de 1964, o sistema financeiro brasileiro foi reformulado. O Banco passou a ser o órgão responsável pela execução e fiscalização da política financeira que foi determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Adotou-se um novo perfil organizacional para os bancos, buscando projetar a melhor maneira de incrementar o crédito ao setor privado, com a criação de novos mecanismos para a formação de poupança e a aderência a reformas financeiras necessárias para aumentar os recursos disponíveis para investimento no setor. Simultaneamente, a nova equipe deveria criar melhores condições de atração para o capital estrangeiro, com o intento de atingir a taxa de investimento que se desejava. Também pretendia-se criar um mecanismo de reajuste salarial que não mais pudesse gerar pressões inflacionárias, a fim de incorporar os salários no aumento da produtividade da economia³⁵.

As medidas e reformas das políticas fiscal, creditícia e trabalhista foram pensadas como garantias para a superação do problema inflacionário. Esperava-se que, com as condições adequadas, o setor privado promovesse a retomada do desenvolvimento econômico. A equipe econômica militar composta pretendia cessar com os fatores que pudessem restringir ainda mais a presença ativa do empresariado, pois os economistas do governo viam no dinamismo destes, os pilares de uma economia de mercado.

³⁴ Cf. Luiz Carlos Prado; Fabio Sá Earp. “O “Milagre Brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209.

³⁵ *Ibidem*, p. 215.

As políticas implementadas no governo Castelo Branco tinham como objetivo o controle da taxa de inflação, porém não cumpriram com os objetivos planejados. Em relação com tal desdobramento, as reformas institucionais acionadas no mesmo período criaram as bases para um novo modelo de crescimento da economia. O conjunto de reformas surgiu em meio a um contexto de baixo crescimento econômico e de grande insatisfação popular quanto aos rumos da economia. O programa de estabilização foi mantido pelo governo, mesmo havendo enorme sentimento de impopularidade³⁶. Na nomeação de Arthur da Costa e Silva para a Presidência da República, no dia 3 de outubro de 1966 – o fator da continuação da política anti-inflacionária foi o item que fez Castelo Branco apoiar sua candidatura –, o país vivia num contexto de consolidação das reformas econômicas conservadoras anteriormente adotadas e se intentava continuar na mesma direção³⁷. Com a entrada do segundo presidente militar, em março de 1967, o novo ministério formado assumiu o governo num quadro de recessão econômica, fruto da política antiinflacionária de Castelo Branco. Era necessário se pensar uma nova política econômica que pudesse alterar a direção para o crescimento, a fim de manter o controle da inflação³⁸.

No ano de 1968, a irrupção do movimento estudantil eclodiu devido à enorme insatisfação política que rondava o país. A repressão do regime foi pontualmente intensa neste momento, contra o movimento oposicionista, que levou à detenção dos delegados que participavam do Congresso da UNE na cidade de Ibiúna, em meados de outubro daquele ano, também com a instituição do AI-5, a intensificação do movimento de luta armada contra a ditadura e com a nomeação à Presidência da República do general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969. Neste momento, o regime militar assumiu seu formato mais autoritário e derrotou qualquer adversário que se mantivesse contrário às suas austeras políticas. Simultaneamente, com o arrocho militar, surge o inesperado crescimento no campo econômico³⁹. O que ocorreu foi uma ênfase na política econômica que explica o esvaziamento das críticas da oposição contra a manutenção do regime militar. Todavia, é essencial pontuar que, mesmo o país alcançando níveis de crescimento econômico significativo, os benefícios destes ganhos não foram distribuídos igualmente entre a população. Um mal-estar crônico pairava sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que as taxas de crescimento saltaram para os índices mais elevados da história. Porém, a necessidade destes rendimentos não se deparou

³⁶ Ibidem, p. 216-217.

³⁷ Ibidem, p. 217.

³⁸ Ibidem, p. 220.

³⁹ Ibidem, p. 221.

com as questões que diziam respeito à melhoria das condições de vida da população, a não ser quando o aparelho regulador de segurança do Estado poderia sofrer qualquer tipo de retaliação.

O aparato militar de segurança coletiva do Estado se unificou com o objetivo de combater o perigo iminente que a subversão contra o regime traria para o governo. Para os militares, o inimigo poderia estar em todos os lugares e se considerou que o conflito total e permanente se explicaria pela tensão ideológica de ambos os lados. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que viria a se tornar lei no ano de 1968, foi uma poderosa ferramenta do Estado contra os subversivos. Além de existir enquanto uma estrutura de informação e repressão, com este Decreto-Lei se estipulou a identificação dos focos de subversão, a investigação da vida e atividades dos “inimigos” da pátria e a produção de informações a seu respeito e, ainda mais, impedir o êxito das ações que visavam derrubar o poder, subverter a ordem e implantar um novo modelo de governo e sociedade⁴⁰. Portanto, os chamados comunistas e guerrilheiros – os “inimigos internos” – eram uma ameaça à tradição cristã-ocidental que os ditadores julgavam defender⁴¹. Os guerrilheiros, os subversivos, influenciados sobretudo pelo comunismo internacional e a Revolução Cubana, contestavam o máximo da ordem, e ainda pior: eram capazes de se insurgirem contra o poder instituído. A origem da ideologia da chamada segurança nacional é antiga. Datada do século XIX no Brasil, a expressão carrega uma ideia e um suposto preconceito que perduraram por longo período no tempo. Portanto, notamos a versatilidade da instituição, que se adaptou, ao longo do tempo, aos ditames e imposições dos governantes do momento⁴². A organização do aparato informativo-repressivo tornou-se o dever mais importante do regime militar. A criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), em 13 de junho de 1964, teve como objetivo reunir e colocar à disposição do Presidente da República, informações sobre os focos guerrilheiros, além do desejo de exercer maior controle policial e militar sobre a sociedade.

O início da desestabilização da estrutura do regime deu suas primeiras evidências no governo do general Ernesto Geisel, eleito no ano 1974, e terminou com o fim do regime militar em 1985, com o mandato de João Baptista Figueiredo. Geisel assume a Presidência da República e apresenta o projeto de “distensão lenta, segura e gradual”, que cita ideais ainda de

⁴⁰ Cf. Vitor Amorim de Angelo. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, p. 2-3.

⁴¹ Ibidem, p. 3.

⁴² Ibidem, p. 5.

Castelo Branco, porém começa a se questionar o comportamento militar, após as acusações de práticas de torturas, praticadas contra estudantes e operários, desaparecidos e ex-guerrilheiros, durante os Anos de Chumbo. Geisel começa a punir os militares envolvidos nos atos criminosos e extingue o AI-5. Em 1979, João Baptista Figueiredo assume a Presidência da República e inicia seu mandato instituindo algumas medidas de abertura política para o país. A anistia aos políticos cassados pelos Atos Institucionais concedeu aos exilados o retorno para o Brasil. Inicia-se também o processo de reforma política, que ajuda a construir o pluripartidarismo no país. No ano de 1984, a campanha das Diretas Já! – movimento pelas eleições diretas para a Presidência da República – demonstrou evidências claras de que a sociedade estava insatisfeita e, além disso, rejeitava o regime militar, reivindicando participação e representação popular.

Surge no Brasil, à vista dos acontecimentos, um movimento de luta armada que foi sendo articulado em grupos durante a conjuntura política autoritária que o regime militar impôs ao país. O ano do golpe militar foi o momento de irrupção para as esquerdas, onde se disseminou a ideia da revolução inevitável. Para a juventude brasileira, a manobra de destituição da democracia foi um bloqueio enorme para a sua participação na vida política do país e, além da tomada do poder pelos militares, com a repressão e a falta de liberdade, surge o impulso para que a geração da época deixasse de acreditar nas negociações políticas partidárias burocráticas e partisse para as ações diretas e violentas, como iremos exemplificar com o surgimento dos grupos guerrilheiros armados.

Com as cisões e dissidências ocorridas internamente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), erguem-se os movimentos guerrilheiros, com especial adesão do movimento estudantil. O período era de bastante insatisfação com a autoridade e as regras instituídas pelos militares, o que levou os movimentos sociais a se intensificarem, especialmente no ano de 1968. As reivindicações estudantis reuniram uma série de propostas, como o restabelecimento das liberdades democráticas, a suspensão da censura à imprensa e a concessão de maiores verbas para a educação, principalmente para as universidades. As manifestações foram duramente reprimidas e foi instituído pelo regime militar a proibição de qualquer ação de intervenção contra o Estado. Nesse momento, porém, os reclames da sociedade se intensificaram, assim como a repressão policial. Com a instituição do AI-5, os estudantes deixaram as ruas e alguns se integraram em grupos revolucionários, passando a viver na clandestinidade.

A maior parte dos grupos eram constituídos de homens e mulheres, sobretudo jovens escolarizados da classe média urbana. Estas pessoas viviam sob um regime especial, adaptado a uma forma de vida clandestina, pois os guerrilheiros eram considerados inimigos internos para o Estado e precisavam se esconder para manter sua segurança e a do grupo. A maioria destes jovens ignorava a história do PCB, seus interesses e diferentes orientações adotadas em função da existência do regime militar, e ainda mais, evitavam ler as análises e estudos de pesquisadores contemporâneos sobre os temas vigentes na sociedade da época. Tinham preferência, sobretudo, pelos autores que explicavam a conjuntura política interna e externa através da teoria marxista, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Rui Mauro Marini, etc⁴³.

Com o estabelecimento dos grupos de luta armada, foi-se tecendo uma rede de significações imaginárias no cotidiano dos combatentes, revelando-se sob algumas afirmativas: a ideia de que a revolução começava com eles, o passado já não importava; que a eles (guerrilheiros) estava destinada a missão especial na história, de intervir no destino do país, derrubar o regime militar e construir a revolução socialista; a ideia de que eram a vanguarda da sociedade, os verdadeiros salvadores da nação. Os grupos da luta armada forjaram um imaginário, com os desígnios específicos de uma esquerda armada combatente, estabeleceram seu próprio mundo, onde definiram o que era real e o que não era, o que tinha ou não sentido para eles. Todos os símbolos construídos partiram de uma unidade racional, do que já existia acabando por dar seus próprios significados. Os sujeitos estão sempre buscando dar sentido ao mundo e, para isto, tem de criar significados através da imaginação⁴⁴. Sob esta relação, as lideranças deveriam incutir e fazer repercutir na imaginação dos indivíduos dos grupos armados, os ideais máximos da revolução, a fim de impulsionar o estímulo necessário para a organização e vitória da luta armada. Portanto, através da abordagem do imaginário é possível “esclarecer símbolos e metáforas eleitos por uma determinada coletividade que busca, em suas manifestações imaginárias e imaginadas, a superação da realidade indesejada e conflituosa”⁴⁵. Esta breve síntese nos leva a crer que era necessário constituir um sentido de pertencimento e de partilhamento de ideias que auxiliariam no estabelecimento da unidade

⁴³ Cf. Alzira Alves de Abreu. “Os anos de chumbo: memória da guerrilha”. In: *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alves de Abreu... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 17-18.

⁴⁴ Cf. Cornelius Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁵ Cf. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira. *O nascimento da bruxaria: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes*. São Paulo: Imaginário, 1995.

dos grupos. Sobre este ponto, a fala de um de nossos entrevistados pode auxiliar no entendimento de como se deram os encontros dos combatentes:

“É... aí, com esse turno que ficou consumindo fora da escola, foi que formou o movimento de guerrilha, entendeu, para os estudantes, né, que era numa salinha do movimento estudantil, aprendeu política, começou a ler Marx, tudo isso lá no movimento estudantil, que era o maior centro cultural, o movimento estudantil, né. E tinha muitas informações, muitas leituras, muita música, muita coisa, filme pra gente ver, né, então na época era uma formação considerada muito forte dentro do movimento, né! Sempre um movimento político contra o governo...”⁴⁶

Dessa forma, é essencial que exercitemos uma reflexão acerca de como os guerrilheiros e guerrilheiras integraram os grupos armados. O contexto da luta armada no Brasil se delineia sob o exemplo e inspiração da Revolução Cubana, ocorrida na América Latina em 1959, de viés extremamente socialista. Este marco deu ânimo e fôlego aos insurgentes que iriam combater contra o poder militar, e alimentavam ainda a ideia da possibilidade de vitória da revolução no continente. Amélia fala do momento e o sentimento que adveio com a instituição da repressão: “...e a coisa surgiu, a gente acreditou que tinha que entrar, que tinha que... que entrar nessa luta, porque realmente a gente achava que ia fazer um mundo melhor né?”⁴⁷. Portanto, a ideia da revolução inevitável rodeava o cotidiano dos grupos, e é possível aferir que os indivíduos que os integraram foram fortemente influenciados pelos ideais socialistas disseminados com a revolução latino-americana de Cuba.

Em 1967, Carlos Marighella funda a Ação Libertadora Nacional (ALN), logo após sua saída do PCB. Esta organização de luta armada foi a que mais levou em consideração a valorização extrema da ação, desprezando assim as discussões e formulações irrelevantes. Para Marighella, a luta armada era tarefa do presente. Para tanto, foram planejadas e executadas ações de impacto, como assaltos a bancos, quartéis, sequestros de diplomatas, e demais ações. Elas tinham a função de resolver dificuldades internas do grupo, mas principalmente existiam como uma maneira de chamar atenção para a força do movimento armado, mostrando ao público sua existência, buscando simpatia e apoio da sociedade. Havia o objetivo de fazer “propaganda política” da guerrilha através de uma ação de impacto, como por exemplo o ataque à agência do banco Citibank, localizado na avenida W3 Sul em Brasília, relatado na fala de Amélia:

⁴⁶ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

⁴⁷ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

“...eu participei do Citibank, participei de panfletagem, a gente saia, tinha uma moto e saia panfletando que podia sair correndo e não ser pego. Era mais fácil fazer esse tipo de coisas né... Tem uma bomba também em Goiânia... ah, ela não explodiu (risos) a do Citibank foi bom porque saiu na Veja e nós ficamos todos orgulhosos “puxa conseguimos atingir os Estados Unidos, o nosso inimigo!””⁴⁸

Pedro também nos relata as ações mais comuns que ocorreram dos grupos armados:

“...aquelas coisas mais fortes que teve no Brasil foi assalto a banco, foi das coisas mais corajosa né, jovem, universitário, preparando, tinha coragem de pegar uma arma, ir lá no banco e assaltar, mas isso foi o que aconteceu muito e era um ato de coragem, mas além disso, sabe, não teve outros atos assim, de... e teve os sequestros dos embaixadores estrangeiros também, isso aí foi um ato forte, né, e que conseguiu libertar até o Zé Dirceu e outros presos políticos que estavam presos...”⁴⁹

Com a censura dos meios de comunicação após o AI-5, a imprensa publicava informações sobre os perfis e as ações dos guerrilheiros, com a intenção de deturpar sua imagem, visão que era condizente com a da polícia e dos órgãos de repressão e informação militar. Isso explica muito do argumento utilizado pelas Forças Armadas de que o uso da tortura e da violência nos interrogatórios e prisões podem ser explicadas pelo perigo iminente que o terrorista, o guerrilheiro, representava para o país. Construía-se, portanto, a imagem de quem era o inimigo para a ditadura e para a nação brasileira, a fim de destruí-lo.

Os órgãos de segurança denominavam os inimigos de subversivos, terroristas, que ameaçavam a ordem com “atos de terror”. A guerrilha, a guerra revolucionária e o terrorismo eram nomenclaturas que se utilizavam para se referir a um tipo de violência política prolongada, uma modalidade particular de conflito que se instalava com o intuito de oferecer um poder maior ao combatente mais fraco, na tentativa de se fortalecer pelo uso da violência. Ataques constantes ao inimigo – a ditadura militar – seria decisivo para criar um sentimento de insegurança aos militares, mas não à sociedade como um todo. Os guerrilheiros buscaram, antes de mais nada, derrubar a ditadura, o regime de exceção, a violência dos órgãos de repressão e toda a injustiça da sociedade brasileira.

O movimento da luta armada creditou a si a função de vanguarda, que aparentava e se assemelhava a elites políticas, legitimadas e justificadas em função de uma teoria científica, fato que a fez se distanciar da sociedade e ainda permanecer incompreensiva quanto a

⁴⁸ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

⁴⁹ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

realização de suas ações, tradições, perspectivas... se caminhou para o desconhecimento da realidade que se queria transformar. O isolamento desta vanguarda afetou de tal maneira que se tornou inviável trilhar um caminho para a construção de um sentido de representação política para a classe trabalhadora. O combate, colapso e derradeiro fim da luta armada deixaram marcas de tortura, prisões, desaparecimentos e assassinatos dos jovens que compunham os grupos armados. Porém, foi um importante exemplo de coragem, resistência e utopia, em uma época em que o próprio Estado não aceitava qualquer tipo de oposição à ordem instituída:

“Mas eu acho que a gente tem essa coisa assim, eu nunca paro muito pra pensar, mas acho que tem essa coisa assim de ter vencido e conseguido... de alguma forma a gente conseguiu alguma coisa, a gente não conseguiu implantar um sistema diferente, né? É.. mas a gente conseguiu que a ditadura ficasse fragilizada né e aos poucos ela acabou tendo que entregar né? Então foi um papel importante de alguma forma...”⁵⁰

É possível perceber que o movimento da luta armada no Brasil, durante a Ditadura Militar, foi um exemplo de resistência engendrado na sociedade e, principalmente, na população mais jovem que ainda possuía a capacidade de sonhar por um país diferente.

⁵⁰ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

CAPÍTULO 2: A GUERRILHA URBANA NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

As cidades de Brasília e Goiânia compõem os cenários onde atuaram os grupos guerrilheiros que focaremos em nossa pesquisa. A primeira, fundada em 21 de abril de 1960, por Juscelino Kubitschek e a segunda, em 24 de outubro de 1933. As agendas de construção nacional das duas cidades incitaram mobilizações locais da sociedade de massas que constituíram os movimentos sociais e suas reivindicações políticas. A arquitetura modernista que estas cidades carregam, Brasília principalmente, faz parte de um projeto de capital moderna, onde seu buscou criar um plano de mudança a fim de criar uma nova sociedade, com base nos valores que motivaram sua própria concepção arquitetônica.

A ideia de se criar uma cidade para a sede do governo serviu como oportunidade para erigir um meio que iria transformar a sociedade brasileira, ou ao menos incentivar com mais força esta transformação⁵¹. Para tanto, a padronização da organização social prevista no plano foi uma tentativa de transformar a sociedade por meio do urbanismo e do “design” arquitetônico, buscando eliminar os valores injustos que os arquitetos associavam à estratificação social-espacial capitalista⁵². Os arquitetos desejavam ultrapassar com um único salto, e de forma simplista, os reais obstáculos que eram inerentes à vida em sociedade. O plano de se construir uma nova cidade e, sobretudo capitais, foi devido à disseminação da crença de que, com o sucesso das construções, a sociedade brasileira seria recompensada com os benefícios que advinham: a obtenção de tecnologia, o estabelecimento de redes de comunicação, a integração de vastas regiões “atrasadas” e com recursos ainda inexplorados e a organização coletiva das relações sociais. Foram ideais que motivaram os empreendimentos e incitaram a sociedade a apoiar as construções⁵³. Como centro exemplar de máxima importância, legitimação e sacralidade, as capitais tinham a função de ser o centro da ordem e o exemplo de como todo o restante do país deveria se organizar. As inovações que se esperavam sobre a construção de Brasília traziam uma carga de inspiração, no sentido de que houvesse um novo começo para o país. O novo âmbito público da cidade deveria servir para a organização da sociedade de forma mais igualitária, onde pertenceria ao povo sem que se

⁵¹Cf. James Holston. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1993, p. 84-85.

⁵² Ibidem, p. 86.

⁵³ Ibidem, p. 89.

levasse em conta as diferenças socioeconômicas. Como inscrição do espaço, os edifícios da cidade e outras áreas livres existiriam para representar o bem público.

Durante os anos 1960 a região Centro-Oeste recebeu um influxo migratório proveniente do Leste e Nordeste do país, fato relacionado à expansão agrícola da rede viária e abertura de vagas de trabalho oriundas da construção da nova sede administrativa do governo federal, transferida para o Estado de Goiás. Com a Ditadura Militar no Brasil, o autoritarismo se fez perceber mais contundente pela interdição do aeroporto de Brasília e Santa Genoveva, em Goiânia. A notícia de que a brigada de paraquedistas atacaria a cidade de Goiânia deixou o então Governador, Mauro Borges, alarmado. Após o informe, o policiamento da área do Palácio das Esmeraldas e toda a praça cívica foram reforçados, onde se instalaram canhões e soldados, montando a guarda dos locais. As tropas militares buscavam a interrupção das rodovias e pontes de acesso entre Goiânia, Minas Gerais e Brasília, concentrando esforços na cidade de Cristalina, Itumbiara e as principais estradas para a capital. Observou-se que, com a tendência à modernização, os esforços para a criação do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), desde meados dos anos 1950, foram sendo forjados com o intento de ser um órgão de elaboração dos modelos teóricos que viabilizasse o desenvolvimento interno do país, através de uma ideologia nacional-desenvolvimentista⁵⁴.

A história da atuação dos grupos guerrilheiros nestas cidades nos auxilia a desmitificar a ideia de que a guerrilha urbana apenas ocorreu no eixo do grande centro do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao analisar as entrevistas realizadas, buscamos apontar algumas características de organização e atuação dos grupos guerrilheiros urbanos nas cidades de Brasília e Goiânia, capital do Brasil e a capital do estado de Goiás. Dois importantes pólos para o país e para a Ditadura Militar, estes centros urbanos foram construídos baseados em planos arquitetônicos que possuíam os ideais de cidades modernistas e de sociedade, berço de concepções aspiradas nas cidades-sedes que se tornariam exemplo para o restante do país.

A existência de uma esquerda armada, que mostrava evidências de que estava pronta para se insurgir e fazer a revolução, levou o regime militar a utilizar mais intensamente dos meios de repressão. A guerrilha existia enquanto resistência democrática, como uma vanguarda portadora do ideal revolucionário que iria conduzir a sociedade brasileira a uma

⁵⁴ Cf. Alessandro de Assis Pinto Aguiar e Eduardo Gusmão Quadros. *Uma nova socialização? A política educacional da ditadura civil-militar em Goiás*. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014, p. 113-114.

transformação profunda e necessária. Não era pela democracia anterior a 1964 que eles almejavam retornar, pois a considerava cheia de acordos, negociatas, conchavos, além de estar associada à etapa nacional-democrática do modelo de revolução que era pregado pelo PCB, a qual eles eram contrários. A luta seria direcionada a fim de derrubar os militares do poder e direcionar o progresso nacional em direção à democracia socialista, e isso só seria possível através do enfrentamento armado com o regime militar.

O número de pessoas envolvidas na luta armada verifica um total de aproximadamente 5.000 pessoas em todo âmbito nacional, que atuaram direta e indiretamente nas ações, além do número de simpatizantes, que é difícil calcular. O marxismo-leninismo se reatualizava à época dos acontecimentos do cenário internacional, com o foquismo e o maoísmo. O primeiro “adaptava” a revolução para a realidade latino-americana, citando a vitória da Revolução Cubana, enquanto o maoísmo, também legitimado pela vitória da Revolução Chinesa, “adaptava” a revolução num país com forte tradição rural⁵⁵. O mito da esquerda latino-americana, que criou a ideia do foco guerrilheiro, se explica pela mobilização que a Revolução Cubana influenciou nos grupos guerrilheiros. Como forma de fortalecer as condições de sua sobrevivência e consolidação, Cuba teria que exportar a revolução para os países latino-americanos. Era o exemplo a ser seguido, um porto seguro que apontava as soluções para as dificuldades ao propor os melhores caminhos, servindo de base para a crença e encorajamento na luta. Os indivíduos que compunham os grupos armados estavam vivendo um processo de adaptação sem igual, pois atuavam de forma desconhecida e nova para todos, onde surgia, inevitavelmente, maiores riscos e maiores dificuldades de execução das táticas planejadas, como o escasso treinamento militar, que muitos não possuíam. Os focos de guerrilha rural atuaram de forma simultânea aos focos urbanos, com o intuito do primeiro, muitas das vezes, porém não exclusivamente, servir de base para o treinamento dos jovens guerrilheiros. Assim, a luta armada se tornou mais conhecida pelas ações que ocorreram nas cidades, no meio urbano, mais do que a atuação no meio rural, mesmo os focos urbanos a enxergavam como um meio de preparar a guerrilha no campo.

Os jovens militantes que optaram pelo caminho da guerrilha urbana foram obrigados a abandonar as expectativas de um futuro promissor – que já lhes era projetados – e lançarem-se num estilo de vida clandestino, cortando laços familiares, relações de amizade, cheio de

⁵⁵ Cf. Denise Rollemberg. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13.

restrições materiais e tendo que viver coletivamente com os companheiros de luta a fim de evitar as prisões, a tortura e a morte, como nos relata Amélia:

“...a gente morava junto, os tais aparelhos... onde morávamos juntos, tinha um vida bem difícil, porque era pouquíssimo dinheiro, na organização, não tinha dinheiro pra dar... era bem regrada mesmo né? Mas aquilo não era... a gente não ligava pra isso, não era importante e... é... mas fomos pra Brasília.. pois é, nós fomos pra Brasília, ficamos clandestinos mas atuando, né? Continuamos atuantes.. então tinha toda uma... tinha regras pra você não entregar ninguém, quando você encontrava outra pessoa tinha regras pra, tinha condutas né? Pra você... é... pra você ir pro ponto, que era o ponto de encontro que fazia as conexões né, de trabalho, a gente achava que tava juntando as pessoas pra fazer uma, pra conseguir mudar o tipo de governo né?!”⁵⁶

Uma vez em regime de clandestinidade, o guerrilheiro ou guerrilheira deveria passar por uma ruptura social, vivendo à margem, tendo que adotar um codinome ou nome falso e deixar de frequentar a escola ou universidade e demais lugares públicos. A maior parte dos guerrilheiros apenas mantinha contato com pessoas de seu grupo, portanto, foi sendo desenvolvido um sentimento de solidariedade entre os companheiros sem igual. Com a necessidade de rompimento com o “mundo de fora”, os integrantes dos grupos de luta armada urbana deveriam buscar e utilizar uma nova identificação ou algum tipo de documentação falsa para não serem descobertos, caso fossem pegos pelos ditadores:

“Codinome sim e todos nós, nas reuniões e tal, só usava pelo codinome, né, porque era tudo clandestino e, digamos, numa reunião de nós quatro, cada um com seu codinome, nunca que ia saber o nome verdadeiro de vocês e tal se eu fosse preso o máximo que eu ia saber era codinome, né, então isso era uma coisa que todo mundo tinha. E podia ir mudando também, de repente você já tinha outro e tal, né, procurava também uma coisa que a gente fazia quando tava clandestino é ir nesses achado e perdido de documento e ficar olhando todos os perdidos, a hora que você achava um que tá no seu perfil, você pega e põe sua foto lá nos documentos, passa a ter outro documento. Viu? Eu tinha o meu. Desse jeito, você vai lá na rodoviária lá tem o achados e perdidos, você vai olhando aquelas carteiras tudo lá, quando vem é uma pessoa que tem mais ou menos a sua idade, e tal, né, talvez até do seu mesmo estado, pega aquele documento e passa por lá. Aí esse documento fica como passagem, na rodoviária e tal, né.”⁵⁷

O cotidiano dos guerrilheiros girava em torno dos fatos que aconteciam dentro do próprio grupo, onde aconteciam discussões sobre documentos e textos que eram produzidos pela própria organização da luta armada, notícias e ações de outros grupos etc. Qualquer

⁵⁶ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

⁵⁷ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

informação exaltada pelas mídias – os meios de comunicação de massa estavam extremamente vinculados ao regime – era considerada manipulação do governo, como os índices de crescimento econômico, o aumento da oferta de emprego, a diminuição da taxa de inflação e as análises sobre o apoio dos assalariados ao regime. Não ignoravam de todo o lado inimigo, mas permaneceram alertas quanto às informações e os por quês de sua veiculação. O grupo Var-Palmares (grupo o qual pertenceram nossas e nossos entrevistados) chegou a criar uma comissão de “acompanhamento da realidade” para apurar os fatos mais recorrentes do cotidiano e transmitir aos integrantes do grupo, uma vez que muitos destes não liam jornais nem livros informativos.

Em vista do exposto, o tempo era ocupado principalmente com discussões e preocupações ligadas ao movimento político da luta armada, com o intuito conjunto de planejar ações contra o regime militar. Quando se preparava uma ação, buscava-se articular a logística dos atos para que a operação fosse segura para todos: evitava-se que houvesse mortos, feridos ou presos. Simultaneamente, nas reuniões de organização, eram discutidos temas que diziam respeito ao convívio e relacionamento das pessoas que compuseram os grupos, questionando-se as morais e valores sociais vigentes que dizia respeito à coletividade e à causa revolucionária, como Carla nos exemplifica:

“Era o estudo da... de tudo. Tudo era motivo pra estudar: “Porque transar? Porque não transar? Porque não sei o que” sabe? Tinha... tudo era motivo pra conversar... tinha um tema lá e pronto e aí emendava política e aí você tinha que conversar e nessa conversa o que que você acha, todo dia chegava a conclusão que a liberdade é melhor, então você não pode invadir o espaço do outro e aí começa... então, a importância pra essa juventude foi isso também. É claro que são machistas e tããã e teve todo aquele... um... certo e era muita gente, era muita é... e eu não sei falar assim, só sei que muito... aprendi muito e se ensinou muito porque tudo você tem que conversar... tudo é feito da conversa e do diálogo. Uma ação dessa, não vem lá escrito assim: “você vai fazer isso, tem que fazer essa ação”. Essa ação vai ser feita por isso, o objetivo vai ser esse e esse, fazendo isso a gente vai adquirir tantas e tantas armas que tá precisando não sei aonde e tananá. Então era uma conversa longa, tudo tem... então, não tinha essa coisa, por exemplo, é... outro mandar, né? Assim... se era do setor tal, você ia pra aquele setor porque você queria, você não era obrigado a ir não.”⁵⁸

A pauta familiar repercutia no cotidiano, uma vez que o convívio com a família foi sendo abandonada gradativamente pelos guerrilheiros. Havia uma enorme sensação de receio

⁵⁸ A entrevista com Carla ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 1h08 minutos.

e medo quanto ao futuro destes jovens que optaram por pegar em armas, mas existia também a aceitação e compreensão, por parte dos pais, sobre o que a luta estava buscando legitimar. Muitos pais de guerrilheiros apoiaram o golpe militar e não aceitaram a forma que os filhos buscaram atuar contra o governo, mas havia o respeito quanto a escolha e muitos consideraram que fossem verdadeiros heróis. O orgulho existia, mas o medo imperava: o medo da tortura, do desaparecimento, da morte... Muitos familiares, das vítimas que sofreram opressão direta do Estado, ofereceram apoio e solidariedade aos filhos, que foram presos, humilhados, machucados pela ditadura. Muito de lado ficava a família, e esta, resistindo à violência ditatorial, resistiu também em nível mais profundo e sentimental, em apoio aos familiares que optaram pela via da luta armada.

A atuação da guerrilha no meio urbano se deu com as ações de roubos de dinheiros e armas, para fins de manutenção dos grupos guerrilheiros e também como meio de “propaganda” da luta armada e suas posições políticas. Dentre as principais ações de impacto estavam as expropriações, os assaltos a bancos e a estabelecimentos comerciais e os sequestros de diplomatas, momento em que a luta armada torna-se notícia internacional. A ousadia das ações criou a ilusão de que alguns guerrilheiros pudessem vencer o enorme inimigo da ditadura e a potência capitalista no continente. As ações de grande impacto levaram o regime a instituir uma repressão ainda mais brutal sobre as organizações armadas e desencadeou reações as quais os grupos não estavam preparados. Pedro relata o momento da “derrota” dos grupos guerrilheiros urbanos e as consequências advindas do combate de um inimigo tão poderoso como o regime ditatorial brasileiro:

“Mas começou, e já veio o inimigo e “BUM”, viu, não tem, nem nem deu tempo de respirar, isso no Brasil inteiro, né, Brasil inteiro. Aqui menos ainda, porque aqui começou talvez um pouquinho menos depois e acabou antes do que o resto do país, né, em São Paulo durou um pouco mais e tal, mas... mas foi uma coisa relâmpago, guerrilha urbana no Brasil é um movimento relâmpago, inclusive. Começo de 69 até 71, ou 72, se você for ver, pesquisar, tem uma ou outra açãozinha, né, mas em 69 que teve mais força, foi mais ou menos 1 ano de duração, então isso é pouco pra um movimento, né, quer dizer, a guerrilha na Colômbia tá completando agora 50 anos, né, então vai ser essas coisas né, tudo desorganizado, estrutura pra isso e praquilo, né, tem 50 anos de vida. Mas a nossa aqui, durou muito pouco.”⁵⁹

Entre 1961 e 1972, as organizações armadas surgiram e foram desmanteladas pela repressão militar. Apenas a guerrilha do Araguaia resistiu por mais dois anos, derrotada em

⁵⁹ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

1974. Por volta de 1972, a maior parte dos militantes da luta armada estava morta, presos, exilados ou clandestinos dentro do país. A repressão militar venceu de forma rápida e sucinta e pode se explicar a partir de dois fatores. O primeiro seria a ausência da inserção e ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário dos grupos guerrilheiros, levando a seu isolamento, e o segundo se deu pelo fator da tortura, como um recurso amplamente utilizado pelos órgãos repressivos para a extinção dos focos guerrilheiros. O aperfeiçoamento dos instrumentos de repressão é apontado para explicar o êxito militar sobre o movimento guerrilheiro e sobre a ordem geral. Alguns dos ex-guerrilheiros que sobreviveram puderam ser reinseridos na sociedade quando da promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, e da reforma da Lei de Segurança Nacional. Estas foram modificações que possibilitaram a libertação dos presos políticos, ainda que alguns estivessem excluídos da Lei de Anistia⁶⁰.

Com a intenção de refletir sobre a composição dos grupos de guerrilha urbana, os quais lançamos à luz deste trabalho, introduziremos nosso objeto de estudo. Uma curiosidade importante para trazer à tona neste momento seria a de que a maior parte dos grupos guerrilheiros urbanos eram compostos, quase que exclusivamente, por homens. Carlos Marighella em seu “Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano”⁶¹, nos relata o que seria o guerrilheiro ideal, sustentado pela base da luta armada: homem, combatente, forte e corajoso o suficiente para pegar em armas e destruir o governo ditatorial militar. Sob a trama, nosso objeto de estudo –as jovens mulheres militantes e guerrilheiras – não se encaixaria na aspiração de Marighella. Porém, através das fontes e relatos levantados, encontramos uma história distinta da que foi idealizada, pois os grupos guerrilheiros urbanos foram compostos por homens e também por mulheres, que muitas das vezes aderiram ao movimento por meio de seus companheiros íntimos, amigos, por vezes familiares, mas também por acreditarem na ideia de que sua presença era importante na luta da defesa de uma causa política, no caso a de se derrubar o Estado militar brasileiro. Diante do exposto, faz-se necessário citar alguns dados sobre este fenômeno, como veremos nas falas de nossas entrevistadas, Carla e Amélia, e também nas falas de Pedro, podendo contribuir para nosso objetivo de se chegar a um maior entendimento sobre a presença e sobre as representações decorrentes da participação das mulheres no movimento da luta armada.

As mulheres, no movimento guerrilheiro urbano, existiram, atuaram e pegaram em armas, como os homens fizeram durante os Anos de Chumbo. Participaram de forma política

⁶⁰ Cf. Denise Rollemberg, op. cit., p. 19.

⁶¹ Cf. Carlos Marighella. *Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 1969.

nas organizações de luta armada, porém em número bastante inferior se comparado ao número de homens que também fizeram parte do movimento guerrilheiro:

“...tinha mais homem, mulher tinham poucas, era pouca porque a mãe não deixava, porque na época, ainda mais sair de casa... mas tinha todo um preparo, a gente estudava, sentava e vinha gente de fora do comando nacional... tudo, ia falar: óh, o que que nós vamos falar pra mãe? Vai falar isso e isso olha, nós vamos participar mesmo do movimento, e nós... ou nós saímos de casa e vamos embora ou ficamos aqui e vocês não contam pra ninguém e deixa a gente participar, né? Aí a maioria dos pais deixavam, né? Não teve nenhuma que falou: não, vai embora! Todos que eu conheci, todos fazem a... depois que você conversa sério mesmo, que aí você já tá decidida, né... o que você quer.”⁶²

Não existia uma militância feminista organizada e constituída dentro dos grupos, porém sua participação representou avanços significativos a favor da liberação da mulher na sociedade. As mulheres, desde sempre, participaram e interferiram na cena política, tanto para apoiar o golpe militar de 1964, quanto para combatê-lo.

Em sua composição, o número de mulheres que integraram os grupos era bastante inferior ao número de homens. Desde o final da década de 1960, as mulheres ainda ocupavam posições bastante submissas na política e na sociedade, sendo que a norma era sua não-participação. Elas serviriam, na ideologia militar, para reafirmar seu lugar e papel de “mães-esposas-donas-de-casa”, servindo inclusive, como força para movimentar as massas, o que ocorreu nos movimentos femininos que apoiaram o golpe militar. Ocorreu, simultaneamente, durante a década de 1960, um notável progresso quanto às questões que diziam respeito a atuação das mulheres no Brasil. Observa-se, por exemplo, que muitas mulheres tomaram parte nas lutas políticas a fim de questionar a ordem estabelecida em todos os níveis. É necessário apontar, ainda, que as reivindicações que diziam respeito a estas mulheres, não estavam imbuídas propriamente de um caráter feminista, mas que viria a desenvolver essa ideia nas décadas seguintes, como Amélia aponta:

“Entre nós, mulheres, deixa eu ver se consigo lembrar... olha. Eu acho que foi tão pouco tempo... eu lembro da gente fazendo eleição pra ver quem que ia fazer isso, quem ia fazer aquilo, quem que ia... mas eu confesso que acho que ou durou muito pouco, sabe? Ou... eu, eu esqueci... mas, parecia natural nós estarmos entre mulheres, assim. Não me lembro de questionar o fato de ter um grupo de mulheres, não tinha um grupo de homens, grupo de trabalhadores, grupo isso, não tinha o grupo de homens...mas isso eu vejo hoje, na época eu não via, apesar de que eu, assim, particularmente, me achava feminista, e fiquei

⁶² A entrevista com Carla ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 1h08 minutos.

mais ainda depois dos Estados Unidos e tudo, com Simone de Beauvoir, com aí... putz, enfim, essas pessoas conhecidas... é uma feminista conhecida que atuava no Brasil... esqueci o nome dela, mas... não lembro da gente ficar muito incomodada com o fato de ter a união de mulheres e não lembro também que trabalho diferenciado a gente tinha, não! Lembro... a gente tinha, quer dizer, pensado que a gente tinha... viria entre as mulheres, tentando é... ganhar apoio das mulheres pra causa, porque isso era uma coisa muito importante, a gente tava sempre pensando em como somar esforços àqueles que já existiam, né?! E isso é pensado em conseguir pessoas que apoiassem ou entrassem mesmo no movimento, sabe?! Isso é o que eu... pouco que eu lembro.”⁶³

Sob a fala de Amélia podemos pontuar que a representação de seu passado evoca memórias individuais e coletivas, ao despertar vestígios de vivência e sensibilidades, permitindo no momento de fala da personagem, a seleção de memórias e a criação e afirmação de uma identidade. Nesse sentido, Amélia e os outros entrevistados, revivem memórias e apresentam sua leitura do passado. Cabe ao aprendiz de historiador analisar as representações incorporadas às falas como um lugar de experiência dos sujeitos que vivenciaram o período histórico, a fim de estabelecer o diálogo necessário para se compreender o presente⁶⁴, uma vez que, evocando a memória, “as experiências são recriadas e inscritas na história do presente”⁶⁵. Ao lidarmos com a história pessoal de indivíduos comuns, no caso das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros, buscamos reconstruir os fatos políticos e sociais do contexto ditatorial brasileiro ao qual estavam inseridos. A construção da narrativa, realizada através do exercício da rememoração e da fala pelos sujeitos, destaca as lembranças, a fim de se entender melhor as dimensões do que foi a Ditadura Militar na vida habitual das brasileiras e brasileiros que a vivenciaram⁶⁶.

A existência da participação feminina na guerrilha urbana representa um exemplo concreto de uma causa contrária aos estereótipos utilizados para caracterizar o papel da mulher na sociedade enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, papel esse que caracteriza a vida da mulher em função do mundo masculino, dos homens. Ao optar pela participação nos grupos guerrilheiros urbanos, muitas mulheres sentiram dificuldades em se integrarem de forma total, pois historicamente sempre foi mais difícil convertê-las em soldados, o que se opõe à realidade masculina. É curioso citar, ainda, que a participação feminina nos grupos guerrilheiros armados foi mais significativa e com um percentual mais elevado do que se observou nos grupos das esquerdas tradicionais. Na Aliança Libertadora

⁶³ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

⁶⁴ Cf. Eloísa Pereira Barroso, op. cit., p. 97.

⁶⁵ Ibidem, p. 99.

⁶⁶ Ibidem, p. 105.

Nacional (ALN), por exemplo, têm se documentado a presença de 76 mulheres, 15,4% do total de indivíduos do grupo. Já no grupo Var-Palmares (VPR), aponta-se o total de 35 mulheres, que somavam 24,1% do total de integrantes. Em paralelo, no antigo PCB, durante o IV Congresso do PCB, em São Paulo, em novembro de 1954, apenas foi documentado 9,3% de participação feminina⁶⁷. Quanto às estimativas, reforçamos o caráter extremamente político da pesquisa – que diz respeito à participação feminina nestes grupos de resistência armada contra a Ditadura Militar brasileira –, o que identificamos como conveniente realizar uma breve interlocução com a história do feminismo no Brasil.

O feminismo brasileiro foi um movimento com múltiplos objetivos, manifestações e pretensões. Há dois momentos que marca o movimento, um ao final do século XIX até meados de 1932 e outro, que é o feminismo pós-1968. A primeira vertente surge com o movimento sufragista, liderado por Bertha Luiz. Este é marcado por um feminismo denominado “bem comportado”, de caráter conservador e o qual não se questionou as opressões sofridas pelas mulheres. A luta pela inclusão feminina não se baseou, aqui, na ideia de alteração das relações de gênero, mas sim como complementar ao bom andamento social do país. A segunda vertente, chamado feminismo “mal comportado”, reunindo mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, caracterizou-se pela reiteração e introdução das reivindicações sob o direito à educação, à sexualidade e ao divórcio, e contrário às políticas machistas e opressoras como um todo.

Os grupos de contestação do sistema patriarcal vigente foram muito importantes no sentido de auxiliar a transformação da condição de dominação a qual as mulheres sempre estiveram submetidas. Em 1970, a emergência do feminismo no Brasil, surge dentro e fora do país e em boa parte no momento em que muitas mulheres foram obrigadas a se exilarem politicamente. Os primeiros grupos documentados no ano de 1972, em São Paulo e no Rio Janeiro, foram inspirados no feminismo que nasce no Hemisfério Norte. No mesmo ano acontece o congresso do Conselho Nacional da Mulher e as primeiras reuniões de grupos de mulheres, de caráter quase privado, que delimitam a marca do novo feminismo no Brasil. Em 1975, o chamado Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), fortalece a frente feminista no país e auxilia a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Com a organização do Movimento Feminino pela Anistia, as mulheres exiladas retornam ao país trazendo novas formas de se pensar sua

⁶⁷ Cf. Marcelo Siqueira Ridenti. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2. sem. 1990, p. 115.

condição e os papéis impostos, que eram de extrema submissão aos homens. A unidade do Movimento Feminino pela Anistia foi ameaçada em 1979, pela reforma partidária, e também pelo momento de transição que foi a redemocratização do país. Em 1985, com a criação de delegacias especializadas, passa-se a reconhecer a violência de gênero que sofriam as mulheres.

Com a evidência da existência das múltiplas identidades de um feminismo difuso na sociedade brasileira, a história pode auxiliar no desfoque da imagem do sujeito histórico como uma figura universal, tendo o homem sempre como protagonista. Deve-se atentar para o fato de que as relações entre os sexos foram construídas em um determinado tempo histórico e contexto político, o que não pode constituir generalizações, buscando, por outro lado, a renovação teórica a fim de ampliar os horizontes sobre uma história que se conta. É necessário, simultaneamente, perceber que algumas concepções, já ultrapassadas, que vinculavam as mulheres à submissão e à docilidade, podem ser facilmente desmitificadas ao apontar as táticas de resistência e de sobrevivência que foram praticadas pelas personagens femininas, as quais demonstraremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA ATIVIDADE DA GUERRILHA URBANA

A atenção voltada aos movimentos feministas organizados na época de 1960 é essencialmente vista como fruto de inquietações, pois as mulheres demonstraram sua insubmissão aos padrões normatizadores e se sujeitaram a falar de suas experiências, como meio de reescrever e afirmar o caráter ilegítimo presentes nas representações de gênero. Sobre o conceito de representação podemos verificar a maneira como as pessoas comuns organizam a realidade em suas mentes, ao expressar seus comportamentos e práticas sociais. Apesar das ex-guerrilheiras possuírem, cada uma, sua representação do passado, fruto das expressões individuais, todas estavam condicionadas por uma “linguagem geral”, que teve a função de reunir um conjunto de símbolos compartilhados. Estes símbolos são característicos da estrutura da sociedade e da cultura, que cria possibilidades de expressões, mas também as limita. Portanto, se faz necessário o estudo das representações do passado que emanam das entrevistas das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros urbanos, a fim de captar as diferenças e os significados inscritos na visão de mundo destes passados, pois a cultura teve seu papel explícito ao formular as maneiras de se pensar⁶⁸. Além disto, o estudo pode nos auxiliar na compreensão da ilegitimidade das representações imbuídas às mulheres que participaram do movimento guerrilheiro urbano.

A fim de buscar um maior entendimento sobre o conceito de representação, utilizaremos das expressões de Pesavento⁶⁹. Para a autora, a noção de representação se explica por operações mentais e históricas, que criam sentidos ao mundo e, ausente delas, o mundo em si não possuiria significado. É por meio delas que se age no mundo e que se constroem as identidades, assim como se constitui a idealização do que seria a imagem perfeita do real. No caso de estudo, as representações se expressam nos discursos ao assumir múltiplas configurações que se tornam concorrentes, estabelecendo relações de poder. A percepção dominante, geralmente, acaba por se sobressair e ganha competência de realidade e de verdade, tornando-se naturalizada no meio ao qual está inserida. Simultaneamente, a História Cultural pode auxiliar sobre a compreensão das significações das práticas cotidianas e da forma de ler o mundo das mulheres e dos homens envolvidos no movimento guerrilheiro urbano.

⁶⁸ Cf. Robert Darnton. *O grande massacre dos gatos*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

⁶⁹ Cf. Sandra J. Pesavento. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Na historiografia, na literatura, na sociedade, em meios de informação, enfim, nas diversas e distintas culturas e em variados espaços, a mulher é majoritariamente representada com um viés negativo e quase sempre estão em um segundo plano nos debates relevantes. Sua caricatura é essencialmente, e em grande parte das ocasiões, associada e assimilada aos trabalhos domésticos e ao cuidado com a família e os filhos, coincidindo com a sexualização de seus corpos. Em reação aos condicionamentos dominantes impostos às mulheres, e sob o reflexo da cultura machista que estava implantada em seu meio, considerou-se necessária a existência de um “direito de resposta”, a fim de se contornar as imposições a que estavam vivenciando. Com isso, surge um processo para que se fosse adotado o termo “gênero feminino”. Heilborn⁷⁰ analisa a questão do gênero feminino a partir da categoria sociológica se atentando à necessidade de ressignificar e refletir sobre a condição das mulheres na sociedade, dentro de um sistema ideológico. Nesse sentido, “a matriz simbólica que faz emergir o questionamento de papéis de gênero enraíza-se no que se convencionou chamar dentro da teoria antropológica de individualismo”⁷¹. Para Heilborn o gênero é a “distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos”⁷². Assim como, podemos caracterizar o conceito de gênero como o que reúne os aspectos socioculturais, construídos historicamente, direcionando o comportamento e definição dos papéis das mulheres e dos homens na sociedade. O conceito compreende os comportamentos, as preferências, os interesses, as formas de vestimenta, modos de agir, andar e falar, relacionadas a “ser homem” e “ser mulher”. O aspecto de cada corpo de natureza humana é imutável, fixo e bipolar, separando sempre o feminino do masculino. Essa oposição nítida aos diferentes corpos também carrega uma diferença sexual, havendo uma relação inseparável entre saber e poder: o gênero está interligado com as relações de poder. O que interessa em nosso estudo é compreender as formas como se constroem os significados culturais alocados às diferenças de sexo, seus sentidos e posições dentro de relações hierárquicas. O gênero seria essa percepção das diferenças sexuais e sua hierarquização dentro de uma maneira de pensar, que foi sendo constituída de símbolos e significados a cada sexo. A utilidade válida que o conceito de gênero soma a nosso estudo é quanto ao entendimento sobre os sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em perguntas, e não em categorias fixas⁷³. Portanto, o entendimento

⁷⁰Cf. Maria Luiza Heilborn. “Usos e abusos da categoria de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.

⁷¹ Ibidem, p. 2.

⁷² Ibidem, p. 3.

sobre as representações de gênero nos beneficia no sentido de se compreender os papéis e sentidos alocados às mulheres dentro dos grupos guerrilheiros e sua diferenciação explícita pelo sexo de seus companheiros homens, marcas que encontraremos nas entrevistas das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros.

Através da fonte oral – as entrevistas – buscamos acessar as representações passadas, porém atentando-se a questionar a própria representação que é nossa fonte, pois através dela se constrói uma representação sobre o já representado. Em face do exposto, Chartier⁷⁴ contribui para que possamos entender os códigos, padrões e sentidos que são compartilhados sobre a representação do passado. Ele nos explicita que, mesmo que sejam naturalizados, estes sentidos podem mudar, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, que se explica pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Nesse sentido, as representações são expressas por discursos que os indivíduos apreendem que dão a ver e a pensar o real.

O emprego da metodologia da fonte oral nos obriga a submetê-la a constantes testes, onde estamos ininterruptamente atravessando momentos de reflexão durante as etapas que dela fazem parte: a transcrição, a textualização e a transcriação. Além destas etapas, não se pode ignorar a questão da memória, que se faz bastante presente no campo da pesquisa. A fonte oral decorre de um complexo fenômeno de rememoração do indivíduo, que manifesta-se no presente e que seu resultado pode estabelecer uma peça de informação para o tema que se propôs investigar. A criação da fonte surge do que foi lembrado, do porque se lembrar e de como se pode lembrar⁷⁵, marcando assim a subjetividade e as omissões que decorrem do momento de construção da fonte oral. Michael Pollak⁷⁶, ao refletir sobre a memória, alerta que ela é, na maior parte, herdada, portanto não se refere à vida da pessoa; simultaneamente é comum sofrer flutuações que surgem do momento em que é articulada e está sendo expressa no depoimento. Como fenômeno humano e social, a memória é tema pertinente e de singular relevância dentro das pesquisas com fontes orais, portanto não seria oportuno deixá-la sem análise.

⁷³ Cf. Marília Pinto de Carvalho. “O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009)”. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 46, jan.-abr., 2011.

⁷⁴ Cf. Roger Chartier. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

⁷⁵ Cf. Eudes Leite. “A história oral e a oralidade: tonalidades da mesma voz”. In: LAVERDI, Robson; MASTRÁNGELO, Mariana (Compiladores). *Desde las profundidades de la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013, p. 15.

⁷⁶ Cf. Michael Pollak. “Memória e identidade social”. In: *Estudos históricos*. vol. 5, n.º 10: Rio de Janeiro, 1992, p. 204.

A compreensão da História – que carrega seus objetos únicos entre acontecimentos e personagens – nos aproxima das ideias de Le Goff⁷⁷, autor que se esforçou no sentido de se questionar o objetivo das demais ciências, que carregam a ideia de se atingir o conhecimento universal, geral e regular. Quanto à afirmativa, não podemos incluir o conhecimento histórico neste âmbito. Ao refletir sobre o papel da memória na História, que tem por função primordial, evitar que o ser humano perca as referências fundamentais à construção das identidades coletivas, o que nos apresenta é o auto reconhecimento destes como sujeitos de sua história. Há sempre um entrelaçamento entre espaço e memória, como nos demonstra Poulet⁷⁸, pois graças a esta, o tempo e o espaço não estão perdidos. Por meio da lembrança, que se torna o exercício primordial das e dos entrevistados, estes se reconhecem enquanto sujeitos da História e de sua temporalidade, produzindo acontecimentos e mudanças, construindo referências ou destruindo-as. Podem, igualmente, reafirmar ou contestar o poder, tolher ou reafirmar a liberdade do ser. A memória igualmente se funda na consciência do passado, como nos alerta Lowenthal⁷⁹, portanto as lembranças que emergem dos acontecimentos anteriores, distinguem ontem de hoje, e confirmam que o sujeito já viveu um passado. O exercício do lembrar reacende e faz reviver utopias e sonhos de um tempo anterior que marcou a vida dos sujeitos em experiências tanto individuais quanto comunitárias.

A oralidade, outro tema relevante – adjacente à questão da memória – para o estudo da História Oral, tem sua importância explicada no fato de que carrega a função de produzir o ato de fala ou o ato de articular sons carregados de sentido, originando significados que referenciam fatos e objetos. É essencial no processo de realização da História Oral. A fonte oral, que é objeto de desejo na realização da entrevista, tem como núcleo central uma história, uma narrativa. Esta dá a conhecer a informação, o conteúdo ou o conjunto de conhecimentos e experiências que o entrevistado possui e se dispõe a compartilhar com o entrevistador. A entrevista é o momento onde ocorre uma relação entre entrevistador e entrevistado, onde se estabelece o diálogo sobre o assunto pretendido, o qual o entrevistador deve rememorar⁸⁰. A presença da confiança é importante durante a realização da entrevista pois irá permitir que a construção da fonte oral reflita informações significativas e análises de qualidade. Partindo

⁷⁷Cf. Jacques Le Goff. *Memória – História*. Lisboa: Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1984, p. 169.

⁷⁸Cf. Georges Poulet. *O Espaço Proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 54-55.

⁷⁹ Cf. David Lowenthal. “Como conhecemos o passado”. In: *Projeto História* (17). São Paulo: EDUC, 1981, p. 75.

⁸⁰Cf. Eudes Leite, op. cit., p. 17.

das informações orais, o papel do historiador seria o de articular as práticas de oralidade (diálogo) presente no interior da sociedade.

Em relação a nosso tema de pesquisa – o relato das ex-guerrilheiras e dos ex-guerrilheiros –, as entrevistas coletadas nos auxilia na tentativa de reconstruir a atmosfera que pertenceu a outros tempos, relembrando hábitos, valores e práticas cotidianas. Simultaneamente, representa e reativa correntes de pensamento em evidência na época, ao reviver embates políticos e ideológicos, que diziam respeito ao lazer, ao companheirismo no grupo e, sobretudo, ao contexto próprio da luta armada⁸¹. Acreditamos que, ao rememorar, estes personagens passem por um processo de reconhecimento de sua própria identidade, pois o mundo que se pretende demonstrar através da oralidade da entrevista, pode auxiliar na reconstrução de sua individualidade enquanto sujeito histórico. Também se presta como espaço de encontro das memórias individuais com as coletivas, podendo se constituir em material de análise para a produção do conhecimento histórico. Devemos pontuar, entretanto, que a memória não se reduz ao simples ato da recordação em âmbito individual, mas mais que isso, pode revelar o conhecimento dos significados do cotidiano, evitando que a humanidade perca suas raízes, seus lastros e identidades, enfim, sua própria história. A relação entre memória e História é complexa, pois envolve apropriação, diálogo, destruição e contribuição. Ambas são antídotos do esquecimento e se constituem como espaços de poder⁸².

O sentido de identidade⁸³, que está presente nas falas de nossas e nossos entrevistados, é passível de constante transformação, pois gera o resultado provisório do encontro entre a história da pessoa, o contexto histórico e social da época e seus projetos. A identidade tem um caráter dinâmico e pressupõe sempre um personagem que perpetua uma vivência pessoal de um papel previamente padronizado pela cultura, sendo fundamental à construção identitária ao se encarregar da articulação entre igualdade e diferença. Percebemos que, na visão das ex-guerrilheiras sobre o passado, estas assumem as formações identitárias, ao questionarem sobre os atos de atribuição de “ser mulher”, que diz respeito ao que os outros dizem o que elas são e o que devem ser. Por outro lado, a opção de adotar a pertença da identidade para si, levaram muitas mulheres a assumirem determinadas identidades. O que se torna necessário é a

⁸¹ Cf. Lucilia de Almeida Neves, op. cit., p. 15.

⁸² Ibidem, p. 20.

⁸³ Cf. Antonio da Costa Ciampa. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

identificação ou não das atribuições que são sempre do outro, visto que o processo será possível decorrente das falas de nossas e nossos entrevistados⁸⁴.

O contingente de mulheres que atuaram nos focos de guerrilha urbana foram, muitas das vezes, incriminadas por serem mães, irmãs ou companheiras de militantes esquerdistas. Percebe-se através da fala de Amélia que estas mulheres não estavam sendo denunciadas por participarem ativamente das ações dos grupos, mas sim por carregarem uma série de condições e atribuições que foram, historicamente, exigidas delas:

“Olha eu tava pensando sobre isso, a gente tinha distinção... eu acho que tem, porque se você fala em união das mulheres porque separa as mulheres dos homens é porque as mulheres ainda não tão ocupando um espaço igualmente, eu acho, assim eu entendo dessa forma, né? E se você ler Lênin essas coisas, na Revolução Russa, você vai ver que, a mulher também – apesar de tá todo mundo falando que a mulher vai ser igual, direito igual – mas não é, acho que não é até hoje né?! (risos)...”⁸⁵

O público feminino das guerrilhas urbanas eram a maioria de jovens estudantes, professoras e profissionais das camadas médias intelectualizadas que haviam cursado o Ensino Superior. A insurgência deste público se deu entre 1966 e 1968, sobretudo através do movimento estudantil, que foi responsável por conceder a maior parte dos quadros para os grupos da esquerda armada. Ao adentrarem nas organizações clandestinas de extrema esquerda, estas mulheres buscaram romper com a submissão que lhes foram exigidas. Iam contra, portanto, à ideia de que a mulher deveria servir aos cuidados da casa, dos filhos e do marido. Eram guerrilheiras, como os homens, juntos por uma causa:

“...eu lembro dele falar assim de uma companheira do Rio que era muito, que era uma pessoa muito forte que ela competia de igual pra igual com os homens, era a mulher que lia *adoidado*, que lia *O Capital*, e as leituras que na época a gente fazia que era importante pro que a gente queria né e eu me lembro que eu fiquei assim “poxa, essa mulher é legal, quero ser igual a ela!” (risos) e ele me dava forças pra eu ir pra esse caminho. Então eu acho que é uma coisa assim é você ver até hoje, né? Quantas presidentas se tem no mundo? Né? Quantas pessoas, quantas mulheres tem destaque, porque eu acho que é mais difícil, num é que a mulher é menor é que ela é criada de tal forma que é... fica difícil de ocupar um cargo, as vezes acha que você é incompetente”⁸⁶

Ao realizarem o movimento contrário ao que era imposto, as guerrilheiras se lançaram às ruas e às praças públicas, impondo armas e ideais, demonstrando e incutindo um abalo

⁸⁴ Cf. Claude Dubar. “Para uma teoria sociológica da identidade”. In: *A socialização*. Porto: Porto Editora, 1997.

⁸⁵ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

⁸⁶ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

sobre as ações e forças fundamentalistas dos grupos conservadores. Mesmo com a presença, ainda que irrisória, do número de mulheres que se prestaram a combater o Estado militar, é necessário apontar que houve uma identificação da diferença entre os gêneros nos grupos de extrema-esquerda da luta armada, grupos estes que buscaram contestar e questionar uma série de temas tabus, sobretudo sobre o comportamento feminino e a sexualidade da mulher na sociedade brasileira:

“Você só podia transar depois... que às vezes até a pessoa dormia junto. Ah, mas não deu. Lembro até de uns caras falando assim: e aí? Ah não, não deu certo, parece que não tá na hora ainda; não sei o quê. Quer dizer, tinha essa coisa ainda da mulher virgem, a mulher era virgem e não sei o que êiêiê. Então, a mulher era muito reprimida, né? E aí então teve todo esse trabalho, pra transar tinha que conversar, tinha que falar, então... não tinha essa... não podia ter, se tivesse um... uma coisa forçada era estupro, era outra coisa, né, era... então, eu não vi isso porque ah... também... poucos anos e... e não tinha, né... poucas mulheres, né? E a coisa era essa. Motivo pra estudar. Porque transar? Porque não transar? Porque não sei o quê, sabe? Tinha... tudo era motivo pra conversar... tinha um tema lá e pronto e aí emendava política e aí você tinha que conversar e nessa conversa o que que você acha, todo dia chegava a conclusão que a liberdade é melhor, então você não pode invadir o espaço do outro e aí começa... então, a importância pra essa juventude foi isso também. E é claro que são machistas e tããã e teve todo aquele... um...certo e era muita gente, era muita, é... e eu não sei falar assim, só sei que muito... aprendi muito e se ensinou muito porque tudo você tem que conversar... tudo é feito da conversa e do diálogo.”⁸⁷

Isso foi identificado pelas ex-guerrilheiras que, durante o tempo de exílio, refletiram e perceberam que as ações do movimento de guerrilha urbana eram, sobretudo, lideradas por homens que tratavam e tinham um comportamento machista e desigual com as companheiras de luta, mesmo vivendo num regime de extrema contestação da moral e dos valores, que dizia muito a respeito da vida das mulheres, como Carla nos diz:

“...eu falo que esse pessoal tudo é machista (risos), mas a gente tinha uma cabeça melhor, pelo menos podia falar: “Nossa senhora! Ah, é mesmo, desculpa aí e coisa e tal, isso foi mal, né?!”. Era uma coisa assim... mas era machista! Tinha um sempre que... tinha um que falava coisa assim e depois arrepentia, “ah não, desculpa aí só porque você é mulher eu falei isso” mas tava aberto, né... isso que era o interessante do processo, né? É o estudo, a vontade como: “vou falar isso, só porque ela é mulher” ou “só porque ele é gay”, “só porque é não sei o que e não sei o que”, ficava difícil, né?!”⁸⁸

⁸⁷ A entrevista com Carla ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 1h08 minutos.

⁸⁸ A entrevista com Carla ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 1h08 minutos.

Sob um contexto de consciência e afirmação feminista que permeava não só o Brasil, mas o restante do mundo, estas ex-guerrilheiras apontam que romperam com dogmas e tabus referentes à sua condição e atribuições de “ser mulher”, que permaneceram no imaginário mesmo dos companheiros que compartilharam o mesmo espaço de luta. É consenso até de que a liderança dos organismos que definiam as linhas, ações e funções políticas dentro do movimento de guerrilha, era comandada principalmente por homens, que impunham as tarefas e responsabilidades dentro da organização:

“Olha pelo que eu me lembre só os homens, a gente tinha entre a gente, né, um trabalho pra fazer com mulheres, mas assim, eu acho que pouca gente pelo que eu leio do Rio e de São Paulo, também tem pouca gente, né... num sei se vocês chegaram a ler pessoas que tenha... não vejo nenhuma mulher. Você falou uma coisa importante, tarefas, a gente procurava assim... porque a mulher vai pro canto, porque homem vai pra cá e aí a gente tinha essa noção de que precisava ter tarefas, que as tarefas fossem divididas igualmente, mas você não tem cabeças, é... liderando, que sejam cabeças femininas liderando. É parecia isso, ele falava: 'nossa, fulana é muito incrível, muito formada'. Eu comecei a admirar, num sei quem é essa mulher (risos) até hoje eu não sei quem é, mas ele falava pra mim, então era uma figura que tinha essa preocupação e até admirava porque ele era do comando, era do comando nacional, ele era cabeça. Ele era um... tava exercendo um papel de liderança ali, né? De contato nacional com o regional, né? E ele admirava essa mulher, né?”⁸⁹

Portanto, haviam sim diferenças em relação às estruturas de poder, comandadas por homens, onde as mulheres eram minoria. Com o passar dos anos, o público feminino se deu conta de como eram consideradas pessoas inferiores e de pouca voz e representatividade dentro das organizações armadas.

Grande parte dos homens guerrilheiros acreditava que as mulheres eram incapazes de cumprir certas funções e que possuíam menos condições de lutarem contra o regime militar. Muitas mulheres realizaram ações a fim de se afirmarem enquanto membros da organização e buscaram igualmente receber algum tipo de reconhecimento sobre sua orientação política. Mas não eram de todo submissas: algumas mulheres chegaram a ocupar cargos de direção, as tarefas domésticas eram divididas entre elas e os homens, já não existia a carga de certos tabus dentro dos grupos, como a virgindade e o casamento e muitas pegaram em armas e foram para a linha de frente do combate:

“Ih! Fazia tudo. Dirigia, levava armas, tinha que fazer tudo mesmo por quê? Era mais fácil pra mulher fazer várias coisas, o homem ele... tinha mais

⁸⁹ A entrevista com Amélia ocorreu no dia 9 de abril de 2016 em sua residência, com duração de 1h25 minutos.

homem, mulher tinham poucas, era pouca porque a mãe não deixava, porque na época, ainda mais sair de casa... mas tinha todo um preparo, a gente estudava, sentava e vinha gente de fora do comando nacional... tudo, ia falar: 'óh, o que que nós vamos falar pra mãe? Vai falar isso e isso... olha nós vamos participar mesmo do movimento, e nós... ou nós saímos de casa e vamos embora ou ficamos aqui e vocês não contam pra ninguém e deixa a gente participar, né?' Aí a maioria dos pais deixavam, né? Não teve nenhuma que falou: não, vai embora! Todos que eu conheci, todos fazem... depois que você conversa sério mesmo, que aí você já tá decidida, né.. o que você quer.”⁹⁰

Das falas de Carla pontuamos que a igualdade entre os sexos, dentro do movimento da guerrilha urbana, estava mais consolidada do que em outros meios sociais. Porém, não podemos afirmar que o machismo não existia: ele estava tão presente na exaltação dos “grandes homens”, líderes e “heróis” do contexto revolucionário tanto quanto nos papéis conferidos às mulheres. A partir das memórias das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros podemos “construir significados sobre si e sobre o outro em um cotidiano político, social e cultural no qual os indivíduos têm de lidar com as curiosidades despertadas pelas notícias de um mundo novo e as exigências sociais da realidade a que estão submetidos”⁹¹. Nesse sentido, podemos traçar a visão no presente de homens e mulheres que viveram o mesmo passado a partir das representações suscitadas no momento da fala:

“Olha, era mais ou menos parecido com o dos homens. Por exemplo, teve uma vez nós fizemos umas caminhadas com arma pelo mato, eram homens e mulheres, rapazes e moças... treinando, né, andar no mato, né, passar por... né, e era tudo parecido, né, porque tinha a Cíntia e lá várias mulheres e vários, alguns homens também e a missão do dia era fazer uma caminhada pelo mato armado pra ver o que que isso, né, que é você com arma e tal, né, saía fazendo isso. E os cachorros latindo, né, era um ato que as mulheres participaram na mesma condição dos homens, né. E sim ia a algum assalto a banco que teve as mulheres também que de vez em quando tinhas as mulheres no meio, e eu também, né, pra ver se eu aparo conflito no banco, né, pra, pra... grupo tal, tá fazendo esse assalto tal pra financiar a guerra do povo, não sei o que... As mulheres tinham suas missões nos assaltos, como não teve nenhum ato assim e tal não tem como dispendir o papel da mulher em algum ato assim, né... mas elas teve participação.”⁹²

Da parte dos homens, o machismo não existia dentro da organização, mas as vozes das mulheres que atuaram na guerrilha urbana nos dizem o contrário. A evocação de um passado que suscitou uma consciência feminista nessas ex-guerrilheiras contrasta com a naturalização

⁹⁰ A entrevista com Carla ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 1h08 minutos.

⁹¹ Cf. Eloísa Pereira Barroso, op. cit., p. 98.

⁹² A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

da opressão de um sistema patriarcal muito marcado na sociedade brasileira. Uma vez que havia reuniões para tratar de temas tabus relacionadas à moral e aos valores vigentes daquela época ditatorial, os homens, de certa forma, se policiavam e eram alertados quanto a estes temas. Como Pedro relata: “...acho que a própria ideologia assim que se defendia o socialismo, de igualdade e tal, já levava o relacionamento de igualdade entre homens e mulheres no movimento, né”⁹³. Desta forma, as lembranças apresentadas e surgidas por via memória, auxiliam na reconstrução de um passado totalmente vinculado aos rastros sociais dos indivíduos que o vivenciaram. Estes estavam inseridos em um contexto histórico social que carregou o peso da ideologia muito intensamente, no caso a ideia de que a revolução levaria ao socialismo e derrubaria a ditadura militar. No mesmo período estava em voga o tema da mulher brasileira na sociedade, que carregava um padrão e um ideal de “ser mulher”, uma vez que para se inserir em âmbito social e político, estariam subjugadas por normas e convenções sociais. Nas organizações de guerrilha urbana, percebemos um questionamento destes valores, por parte das guerrilheiras e guerrilheiros, e uma experiência inspiradora de resistência e representatividade que surge à luz das narrativas das trajetórias individuais: a atuação das guerrilheiras.

De acordo com as falas das entrevistas das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros, se observa o marco da presença feminina no movimento, seus papéis e funções destinados dentro das organizações. Mesmo que breve este estudo serve para refletirmos sobre a imagem do passado que as personagens atuantes nas guerrilhas urbanas têm do momento de irrupção dos movimentos sociais de contestação contra o regime militar brasileiro. Serve também para demonstrar a presença delas, mesmo que pequena, nos *fronts* de combate e ações de impacto, junto com seus companheiros. A história da mulher, da resistência, do feminismo, pode ser mais bem clareada se espelhada sob o imaginário das próprias personagens. É essencial que se faça a busca pelo registro e permanência das memórias destas ex-guerrilheiras, a fim de conservar uma história singular, única e, ainda, viva.

⁹³ A entrevista com Pedro ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2016 em sua residência, com duração de 29 minutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas direcionadas ao estudo se concluem de forma satisfatória, uma vez que, utilizando das fontes orais e da metodologia indicada, traçamos uma narrativa do que foi o período ditatorial brasileiro e o movimento da guerrilha urbana, sob as representações do passado dos personagens que atuaram diretamente no período histórico. O horizonte que vislumbramos e que intencionamos chegar através do estudo historiográfico, pode nos auxiliar sob o questionamento das muitas lacunas sobre os processos de resistência e também os de repressão, vinculadas ao período ditatorial brasileiro. Ouvir dos próprios personagens o que foi esse momento único e singular nos auxilia a compreender melhor os problemas associados à ausência da documentação. Uma vez que as guerrilheiras e guerrilheiros viviam em regime de clandestinidade e invisibilidade no meio social, não há documentos “oficiais” sobre estes grupos, sob um ponto de vista da própria organização. Do lado militar, a produção de remessas de ofícios, decretos e leis autoritárias, terminaram por caracterizar muitos dos grupos guerrilheiros urbanos em inimigos internos do Estado, estando em ordem de prioridades, cessar com eles e com todos os movimentos de resistência. O estudo pode acrescentar, portanto, no sentido de se compreender os processos do passado que permanecem sem respostas.

Nesse sentido, é de extrema relevância que este trabalho possa contribuir para o reconhecimento da história das mulheres no meio da guerrilha urbana. Afirmar que existiram, que lutaram, combateram e se insurgiram, assim como os homens, é necessário para quebrar paradigmas associados aos papéis femininos na sociedade, que as associam com a extrema passividade e emotividade. Marighella, em seu “Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano” define o que é um “guerrilheiro ideal”: homem, combatente, que pega em armas, carrega em sua natureza a valentia e o espírito da guerra, sendo a força e o senso de decisão, uma marca. As nossas personagens, no entanto, nos relatam um passado diferente, de fora dos manuais, com a presença de mulheres atuantes e combativas, de senso crítico e capacidades suficientes para participar do movimento da guerrilha urbana. Os papéis a elas subordinados vão sendo questionados uma vez que, não apenas no Brasil, mas em praticamente todo o mundo ocidental, se observa movimentos de resistência e de combate às morais e valores que moldaram o tipo de “mulher ideal”. Em defesa de outros olhares, este trabalho conclui poder contribuir para o conhecimento da história social, política e de resistência da mulher brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Alessandro de A. P.; QUADROS, Eduardo G. “Uma nova socialização? A política educacional da ditadura civil-militar em Goiás”. In: *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014.
- ALVES, Selmar Becker. *Realidade: Uma narrativa para provocar espanto*. Publicado em 2007. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/alves-selmar-realidade-narrativa-espanto.pdf>>. Acessado em 24 de set. 2015.
- AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2002.
- ANGELO, Vitor A. de. *Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARROSO, Eloísa P. “Memória e Biografia: As representações de uma guerrilheira no período da Ditadura Militar Brasileira”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n.1, p. 96-115, janeiro-junho, 2015.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.
- BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1991.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.
- CARVALHO, Marília Pinto de. “O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009)”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, jan.-abr., 2011.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CIAMPA, Antonio da C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DUBAR, Claude. “Para uma teoria sociológica da identidade”. In: *A socialização*. Porto: Porto Editora, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2008.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4. 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira A. de. [et al.]. *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acessado em 24 de set. 2015.

HEILBORN, Maria Luiza. “Usos e Abusos da Categoria de Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Y Nossotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1993.

LAVERDI, Robson; MASTRÁNGELO, Mariana (Compiladores). *Desde las profundidades de la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

LE GOFF, Jacques. *Memória – História*. Lisboa: Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1984.

LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In: *Projeto História (17)*. São Paulo: EDUC, 1981.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 1969.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1994.

NEVES, Lucilia de Almeida. *História oral e narrativa: memória, tempo e identidade*. Editora Autêntica. São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Carlos R. F. *O nascimento da bruxaria: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes*. São Paulo: Imaginário, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos históricos*. vol. 5, n.º 10: Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, Rio de Janeiro: 1989.

POULET, Georges. *O Espaço Proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RIDENTI, Marcelo S. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2(2): 113-128, 2. Sem. 1990.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminina no território selvagem”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Tendências e impasses. O feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Eneida Maria. “A Biografia: Um bem de arquivo”. Belo Horizonte, 2008. In: *Revista ALEA*, volume 10, número 1, p. 121-129, jan./jun.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado; história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WOLFF, Cristina S. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone-Sul, 1968-1985”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38, 2007.

WOLFF, Cristina S. “Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985)”. Santa Catarina, 2009. In: *História Unisinos*, vol. 13, nº 2, mai./ago.

XAVIER, Elódia. “Narrativa de autoria feminina brasileira: as marcas da trajetória”. In: *Rev. Mulher e Liter.*, Rio de Janeiro: 1998.

Fontes:

Carla. Entrevista concedida a Camilla Nogueira Alves. Duração: 1h08'. Brasília, 4 de fev. 2016.

Pedro. Entrevista concedida a Camilla Nogueira Alves. Duração: 29' Brasília, 22 de fev. 2016.

Amélia. Entrevista concedida a Camilla Nogueira Alves. Duração: 1h25'. Olhos D'Água, Goiás, 9 de abr. 2016.

Declaração de Autenticidade

Eu, Camilla Nogueira Alves, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “As mulheres na guerrilha urbana no eixo Brasília-Goiânia: Uma compreensão das representações de gênero” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 30 de junho de 2016.

Camilla Nogueira Alves